
Relatório & Contas
2015

# ÍNDICE


1. Principais indicadores 4
2. Mensagem do presidente do conselho de administração 5
3. Enquadramento da comissão executiva 6
4. Principais referências 7
   - 4.1 Estrutura acionista 8
   - 4.2 Órgãos sociais 8
   - 4.3 Marcos da actividade 9
   - 4.4 Estratégia e modelo de negócio 12
   - 4.5 Presença geográfica e canais 13
5. Enquadramento macroeconómico e financeiro 15
   - 5.1. Contexto internacional 16
   - 5.2. Contexto nacional 17
6. Principais áreas de negócio 21
   - 6.1. Posicionamento competitivo 22
   - 6.2. Banca de retalho – particulares e pequenos negócios 24
   - 6.3. Banca corporativa 24
   - 6.4. Crédito por sector de actividade 24
7. Recursos humanos 25
   - 7.1. Distribuição por vinculo jurídico 26
   - 7.2. Distribuição funcional 26
   - 7.3. Distribuição por género 26
   - 7.4. Distribuição por escalão etário 26
   - 7.5. Distribuição por antiguidade 26
   - 7.6. Distribuição por escolaridade 27
   - 7.7. Formação 27
8. Responsabilidade social 29
9. Análise financeira 31
   - 9.1. Balanço 32
   - 9.2. Demonstração de resultados 32
10. Proposta de aplicação de resultados 35
11. Demonstrações financeiras 37
12. Notas às demonstrações financeiras 43
13. Parecer do auditor externo e relatório e parecer do conselho fiscal 87

# 1. PRINCIPAIS INDICADORES

| CVE milhões | 2014 | 2015 | Valor | △% |
|---|---|---|---|---|
| INDICADORES DO BALANÇO | | | | |
| Activo Líquido | 23 533 332 | 24 959 577 | 1 423 862 | 6,05% |
| Disponibilidades | 4 038 922 | 2 704 040 | -1 334 882 | -33,05% |
| Títulos da Dívida Pública | 2 407 802 | 2 356 709 | -51 093 | -2,12% |
| Crédito a clientes Líquido | 12 806 990 | 12 982 862 | 175 871 | 1,37% |
| Crédito a clientes bruto | 14 197 702 | 14 376 389 | 227 551 | 1,60% |
| Crédito e juros vencidos | 3 698 956 | 3 322 832 | -376 124 | -10,17% |
| Imparidade de crédito a clientes | 1 390 712 | 1 393 527 | 8 634 | 0,63% |
| Recursos de clientes | 20 796 111 | 22 129 553 | 1 417 820 | 6,92% |
| Depositos de Clientes | 20 388 097 | 21 805 917 | 1 417 820 | 6,95% |
| Capitais Próprios | 1 730 195 | 1 737 293 | 5 323 | 0,31% |
| INDICADORES DE EXPLORAÇÃO | | | | |
| Produto Bancário | 598 736 | 662 534 | 63 797 | 10,66% |
| Custos de Estrutura | 556 729 | 564 163 | 7 435 | 1,34% |
| Resultados Brutos de Exploração | 42 007 | 98 371 | 56 363 | 134,17% |
| Resultado Antes de Impostos | 10 474 | 7 389 | -3 085 | -29,46% |
| Resultado Liquido | 10 474 | 5 063 | -5 412 | -51,67% |
| OUTROS INDICADORES | | | | |
| Rentabilidade | | | | |
| Resultado Liquido /Activo Médio | 0,04% | 0,02% | | -0,07pp |
| Resultado Liquido /Capitais Próprios Médios | 0,60% | 0,29% | | -0,92pp |
| Solvabilidade e Transformação | | | | |
| Capitais Próprios/ Activos | 7,35% | 6,96% | | -0,40pp |
| Rácio de Transformação (Crédito Bruto/Recursos dos Clientes) | 68,27% | 64,96% | | -3,45pp |
| Rácio de Solvabilidade (Critério BCV) | 11,74% | 12,52% | | 0,78pp |
| Qualidade dos Activos | | | | |
| Crédito e juros vencidos/Crédito Bruto | 26,05% | 23,11% | | -3,01pp |
| Qualidade do crédito BCV ( Circular Série "A " nº 150/DSE/2009) | 18,66% | 16,61% | | -2,05pp |
| Imparidade do Credito /Crédito Líquido | 10,86% | 10,73% | | -0,13pp |
| Imparidade do Crédito / Crédito e juros vencidos | 37,60% | 41,94% | | 4,47pp |
| Produtividade e Eficiência | | | | |
| Margem Complementar/Produto Bancário | 39,14% | 29,61% | | -9,53pp |
| Custos Estrutura/Produto Bancário | 92,98% | 85,15% | | -7,83pp |
| Nº de Empregados | 119 | 128 | 3 | -2,27% |
| Nº de Agências | 9 | 9 | 0 | 0,00% |
| Empregado por Agência | 13 | 14 | -1 | -6,82% |
| (Crédito+Depósitos)/nº Empregados | 290 657 | 282 674 | 18 853 | 7,19% |
| (Créditos+Depósitos)/nº Agências | 3 842 867 | 4 020 256 | 182 819 | 4,75% |

# 2. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A recente evolução da economia, quer local quer global, não diminui o enorme desafio e a elevada exigência colocada, nos últimos anos, aos agentes económicos e, em particular, ao sistema financeiro, e à gestão das respectivas organizações e iniciativas empresariais.

Foi neste contexto que o Banco desenvolveu, no último ano, a sua actividade tendo sempre presente o seu objectivo maior - ter cada vez mais e melhores clientes e os satisfazer - mas focado em três vectores que foram enunciados, pelo Conselho de Administração, como cruciais para assegurar a sustentabilidade da instituição: recuperar a rentabilidade (de exploração e do capital), melhorar a qualidade dos activos (incrementando os que geram fundos e diminuindo os outros), qualificar os recursos (em particular os recursos humanos).

Os indicadores detalhados constantes do Relatório e Contas do exercício de 2015, sobre estas e outras matérias, permitem reiterar a convicção de que os esforços, activa e voluntariosamente conduzidos pela Comissão Executiva, que se têm vindo a fazer para um bom desempenho do Banco estarão no bom sentido e são motivo encorajador para os podermos prosseguir.

Uma última mas não menos importante palavra de sincero agradecimento: pela preferência e fidelidade dos clientes, pela dedicação e empenho dos trabalhadores, pelo suporte e apoio dos accionistas, pela diálogo e bom relacionamento com os demais órgãos sociais e, também, pela profícua interacção com as entidades auditoras e supervisoras.

**Alfredo Antas Teles**

*Presidente do Conselho de Administração*

# 3.ENQUADRAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA

O ano de 2015 foi pleno de desafios para a nossa Instituição e para o mercado.
Assistimos a uma evolução muito tímida da actividade económica, num clima nacional e internacional ainda muito contraído.
O Banco Interatlântico procurou ultrapassar alguns dos seus principais desafios, decorrentes dos anos menos favoráveis do passado recente, em cumprimento do mandato recebido de Melhorar a Rentabilidade, Mitigar os Riscos e Qualificar os seus Recursos, desenvolvendo iniciativas de melhoria que foram transversais ao Banco e que, esperamos, já se reflectiram num melhor serviço aos Clientes.
Foi assim possível duplicar o resultado antes de impostos e imparidades, face a 2014, reduzindo custos e aumentando o crédito à economia.
Em 2015, foram concedidos c. 2,7 milhões de contos de crédito novo às empresas e c. 1,2 milhões de contos de crédito novo a particulares. Estes valores representam um acréscimo de c. 60% face aos montantes concedidos em 2014.
Foram muitas as iniciativas implementadas pelo Banco para fazer face às dificuldades existentes: alterações na gestão comercial e das propostas dos clientes, visando melhorar a capacidade de resposta do Banco; reforço da gestão dos riscos, reforço do acompanhamento do crédito e das situações de incumprimento, lançamento de novos produtos, entre outras.

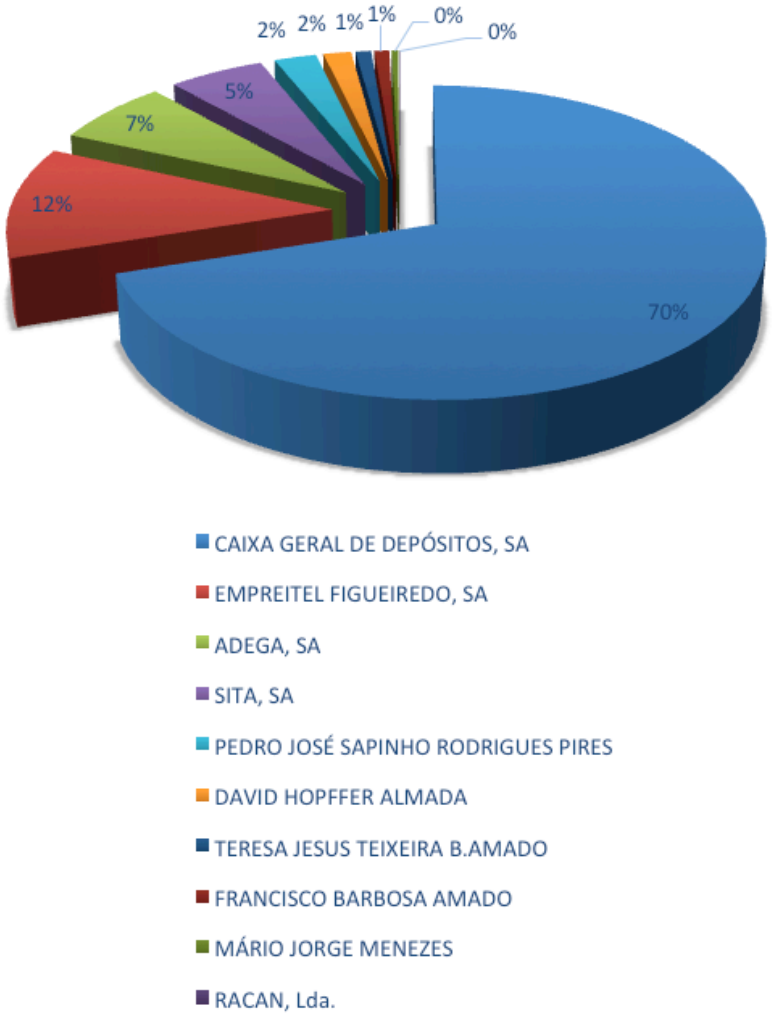
Conscientes de que há ainda muito por fazer, o Banco lançou também outras alterações internas que irão melhorar o relacionamento com os clientes, visando aumentar a qualidade do serviço prestado.
Este trabalho tem sido alicerçado numa equipa de colaboradores empenhada e diligente, muito consciente da necessidade de melhorar.
Não podemos deixar de lhes agradecer aqui este grande esforço, assegurando que iremos prosseguir este caminho de melhoria contínua.
De igual modo temos de salientar a relação estabelecida com as autoridades de supervisão, de elevado profissionalismo e exigência, contribuindo dessa forma para a melhoria dos processos internos do Banco.
Uma palavra também para os nossos accionistas, que nos têm apoiado com diligência.
Por fim, nota de reconhecimento aos nossos clientes, razão de ser do Banco, pela sua preferência e pelas suas sugestões de melhoria que procuramos reflectir na nossa actuação.

**A Comissão Executiva**



# 4. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

# 4.1 ESTRUTURA ACCIONISTA




# 4.2 ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

**Presidente**
*David Hopffer Cordeiro Almada*

**Secretário**
*Francisco Fortunato Paulino Barbosa Amado*

**Secretário**
*Salomão Jorge Barbosa Ribeiro*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Presidente**
*Alfredo Manuel Antas Teles*

**Vice-Presidente**
*Teófilo Figueiredo Almeida Silva*

**Vogal**
*Pedro Gomes Soares*

**Vogal**
*Manuel Fernando Monteiro Pinto*

**Vogal**
*António Carlos Moreira Semedo*

**Vogal**
*Jorge Fernando Gonçalves Alves*

**Vogal**
*Adalberto Oliveira Mendes*

COMISSÃO EXECUTIVA

**Presidente**
*Pedro Gomes Soares*

**Vogal**
*Manuel Fernando Monteiro Pinto*

**Vogal**
*António Carlos Moreira Semedo*

CONSELHO FISCAL

**Presidente**
*João de Sousa Martins*

**Vogais**
*Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes*

**Vogais**
*Pedro José Sapinho Rodrigues Pires*

**Vogal Suplente**
*Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço*

# 4.3 MARCOS DA ACTIVIDADE




**FEVEREIRO DE 2015**

Identificação
ATM´S do
Banco Interatlântico



**MARÇO DE 2015**

Homenagem
Mulher
Cabo-verdiana
5Tal da Música

SOMOS A MÚSICA,
SOMOS A CULTURA




1ª Edição
Newsletter Interna
InterAçon




Associação
Artística e Cultural
Mindelact - Livro
Caplan Neves




**ABRIL DE 2015**

Protocolo Banco
da Cultura
Parceria com o Ministério
da Cultura/Banco da Cul-
tura, para financiamen-
to de projectos.



**MAIO DE 2015**

Revista
Pré-textos da
Academia
Cabo-verdiana de
Letras

# 4.3 MARCOS DA ACTIVIDADE
















**JUNHO DE 2015**

Patrocínio II Diálogo Estratégico - Instituto para a Liderança Pedro Pires

Relatório de Sustentabilidade

Primeiro Relatório de Sustentabilidade de um Banco Cabo-verdiano

**JULHO DE 2015**

1º Spot Institucional "Runner"

No dia do 16º Aniversário do BI foi divulgado ao público o primeiro vídeo institqucional do Banco.

Lançamento produto BI Salário

Campanha "Soluções Salário BI" produtos para o segmento de particulares

**AGOSTO DE 2015**

Patrocínio livro "Cabo Verde Visto do Ar" – Fresco Produções

Patrocínio "Stória Stória "– Helena Centeio Um livro de contos Tradicionais Cabo-Verdianos.






**OUTUBRO DE 2015**

Patrocínio
Nas Rotas dos
Tubarões Azuis
José Mário Correia

Documentário
e livro sobre os 40
anos de história da
Seleção Nacional



# 4.4 ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

## OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Desde a sua criação que o Banco Interatlântico prossegue a diferenciação do seu modelo de negócio, apostando na inovação, proximidade e fortalecimento das relações de confiança com os seus clientes como principais motores do seu crescimento.

A responsabilidade social e a responsabilidade ambiental levam o Banco a buscar soluções inovadoras e de inclusão financeira no seu relacionamento com os stakeholders, sempre cultivando e promovendo os pilares fundamentais da relação bancária: confiança, rigor e segurança.

Neste ano de 2015, a atividade do Banco esteve fortemente orientada para o desenvolvimento dos seus objectivos estratégicos visando, em particular, a melhoria sensível do serviço prestado aos clientes e à comunidade, melhorando a rentabilidade, mitigando os riscos e qualificando os seus recursos.

## QUALIDADE DE SERVIÇO

A capacitação da rede comercial, enquanto instrumento primordial de serviço ao cliente, foi objecto de relevantes acções de formação através do apoio de profissionais com vários anos de experiencia noutros mercados e que nos trouxeram importantes benefícios, para desenvolver e potenciar as aptidões pessoais dos colaboradores, as profissionais e a sua atitude, preparando o BI para melhorar o seu atendimento e qualidade de serviço, sempre com o foco nas necessidades dos clientes.

## TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

A aposta na Inovação passa pela adequada capacidade dos meios tecnológicos e, assim, foi iniciado um processo de profunda alteração tecnológica que verá as suas mais relevantes implicações chegar ao mercado a partir do final do primeiro trimestre de 2016 e ao longo de todo o ano.

Tem sido um esforço de toda a equipa do Banco, mas com um empenho irredutível face aos benefícios que já sabemos conseguir materializar.

## ORGANIZAÇÃO E NORMAS

Parte importante de todo o processo de melhoria que o Banco tem atravessado passa pela sua organização e pelo seu normativo que deve estar completo e adaptado ao um mercado bancário desenvolvido e de primeiro mundo.

Esperamos que as melhorias de performance que já notamos no final de 2015 se aprofundem e tornem muito mais visíveis durante 2016.

## SUSTENTABILIDADE

Em 2015 lançámos o primeiro Relatório de Sustentabilidade no Sector Financeiro Nacional. Aprovámos a nossa política de sustentabilidade, que incluiu, entre outras iniciativas, a formação geral de sustentabilidade aos colaboradores, iniciando um processo de mudança interna que pretende introduzir as práticas em sustentabilidade nos processos de produção internos, na oferta de produtos e serviços e na gestão e controlo de custos.

## INTERAÇON

E porque uma Instituição é os seus Valores e a sua Cultura, criámos um novo canal de comunicação interna, enquanto veículo de transmissão de conhecimento, inovação e de interacção.

# 4.5 PRESENÇA GEOGRÁFICA E CANAIS

O Banco manteve a sua Rede Comercial com 9 Agências, presentes nas ilhas que integram os principais centros urbanos e populacionais do país, maioritariamente na ilha de Santiago (5), aonde está localizada a sua Sede e os dois Gabinetes (Particulares e Empresas).

Sendo parte da nossa estratégia a contínua procura de soluções que melhor se adequem a cada segmento, criámos mais um canal de atendimento personalizado para Grandes Clientes e aprofundámos a segmentação dos restantes, num esforço orientado a melhor servir o cliente que ficará concluído no primeiro semestre de 2016.

Para além da sua rede de agências, o Banco tem a segunda maior Rede de Caixas Automáticas (ATM´S) do país, contando com 40 ATM´s num universo de 169 equipamentos ao nível nacional. Durante 2015 fomos o Banco de apoio de um total de 3.547.926 transacções efectuadas na Rede24, o que corresponde a 17,8% do total das transacções realizadas em ATM e apesar de apenas estarmos presentes em 4 ilhas. Destaque ainda para as transacções com cartões Visa e Mastercard, em que 21% do total foram realizadas através de uma ATM do BI.

Crescemos o parque de POS em 9% o que corresponde a uma quota de 19,16%, espelhando o esforço do Banco no suporte à economia e aos seus empresários.

Também os cartões de débito do BI cresceram c. 10,4%, o maior crescimento percentual de entre os 3 principais Bancos do mercado, segundo os dados da SISP.




| | Bin@net | | | Rede Vinti4 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Tipo de Transação | dez-14 | dez-15 | Δ% | dez-14 | dez-15 | Δ% |
| Consulta Movimentos | 636 665 | 712 962 | 12% | 65 592 | 71 506 | 9% |
| Consulta Contas Ordem | 74 886 | 89 014 | 19% | 276 852 | 318 578 | 14% |
| Pedido Cheques | 97 | 96 | -1% | 120 | 95 | -21% |
| *Transferência Interma | 43 102 | 44 826 | 4% | 3 244 | 3 886 | 20% |
| *Transferência p/ OIC | 17 422 | 18 828 | 8% | | | |
| Pagamento de Serviços | 1 768 | 1 938 | 10% | 2 313 | 6 523 | 182% |
| Carregamento telemóveis | 16 255 | 15 821 | -3% | 73 345 | 63 113 | -14% |
| | 790 195 | 883 485 | 12% | 421 466 | 461 701 | 10% |

Reflexo da modernização do mercado e dos clientes é o facto de registarmos novamente um crescimento significativo no número de clientes que aderiram ao internet banking do BI (Bin@Net): mais 11,6% face a 2014.



# 5. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO

# 5.1. CONTEXTO INTERNACIONAL

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia global terá crescido no primeiro semestre, 2,9 por cento, cerca de 0,3 pontos percentuais abaixo da evolução antecipada em Abril. O abrandamento do crescimento global foi determinado, sobretudo, pelo enfraquecimento da actividade económica nas economias emergentes e em desenvolvimento, em resultado, na perspectiva do FMI: do agravamento das condições externas de financiamento, tendo os seus influxos de capitais desacelerado marcadamente; do impacto da redução dos preços das matérias-primas (energéticas, alimentares e metais preciosos) e da depreciação cambial nas economias exportadoras de commodities; do efeito maior que o antecipado nas economias vizinhas e na economia africana da transição do modelo de crescimento económico da China; da persistência de conflitos geopolíticos e domésticos no Leste Europeu, no Médio Oriente e em algumas economias africanas, bem como do recrudescimento de instabilidades relacionadas a actos de terrorismo.

O desempenho das economias avançadas, contudo, favorecido, globalmente, pela redução dos preços das matérias-primas, pela manutenção de condições de financiamento acomodatícias, por algum alívio na política de consolidação orçamental, bem como pela melhoria das condições dos seus mercados de trabalho, tem sustentado o crescimento económico mundial.

Com efeito, de acordo com o Bureau of Economic Analysis, o produto interno bruto dos EUA, um importante parceiro económico do país, cresceu, respectivamente, em termos homólogos 2,9, 2,7 e 2,2 por cento no primeiro, segundo e terceiro trimestres, que compara a 1,7, 2,6 e 2,9 por cento do ano anterior.

**INDICADORES INTERNACIONAIS**

WORLD ECONOMIC OUTLOOK

| | Crescimento Real do PIB em % | | |
|---|---|---|---|
| | 2014 | 2015$^{P}$ | 2016 |
| PRODUTO MUNDIAL | 3,4 | 3,1 | 3,6 |
| Economias Avançadas | 1,8 | 2,0 | 2,2 |
| EUA | 2,4 | 2,6 | 2,8 |
| Área do Euro | 0,9 | 1,5 | 1,6 |
| Alemanha | 1,6 | 1,5 | 1,6 |
| França | 0,2 | 1,2 | 1,5 |
| Itália | -0,4 | 0,8 | 1,3 |
| Espanha | 1,4 | 3,1 | 2,5 |
| Japão | -0,1 | 0,6 | 1,0 |
| Reino Unido | 3,0 | 2,5 | 2,2 |
| Economias Emergentes / Desenvolvimento | 4,6 | 4,0 | 4,5 |
| Brasil | 0,1 | -3,0 | -1,0 |
| Rússia | 0,6 | -3,8 | -0,6 |
| Índia | 7,3 | 7,3 | 7,5 |
| China | 7,3 | 6,8 | 6,3 |
| África Subsariana | 5,0 | 3,8 | 4,3 |

P - Projecção

Fontes: IMF – World economic Outlook-Jan2015; Boletim Estatísticas BCV-Nov.2014

# 5.2. CONTEXTO NACIONAL

A economia do principal parceiro económico do país, a Área do Euro, reforçou a tendência de recuperação, da mais longa recessão da sua recente história, ao longo dos três trimestres de 2015, não obstante as instabilidades sociais e políticas que afetaram, particularmente no início do verão, a consolidação do balanço do Estado grego, com algum impacto na confiança dos investidores.

O PIB da Área do Euro registou crescimentos na ordem dos 1,2, 1,5 e 1,6 por cento, respetivamente, em termos homólogos nos primeiros três trimestres do ano, que comparam a crescimentos de 1,1, 0,8 e 0,8 por cento registados nos trimestres homólogos do ano anterior.

O melhor desempenho económico da região foi determinado pelos contributos positivos do consumo privado e das exportações líquidas, impulsionados principalmente pela redução do preço das matérias-primas e pela depreciação do euro, num contexto de alguma melhoria da confiança dos agentes económicos e de implementação de medidas de política monetária excecionalmente acomodatícias.

Note-se que a política de aquisição de ativos implementada desde setembro de 2014 pelo Banco Central Europeu (BCE), em complemento à manutenção das suas taxas de juro de referência em níveis excecionalmente baixos, foi alargada aos títulos soberanos em março de 2015. Face à manutenção de pressões deflacionistas, à perspetiva de crescimento modesto e desigual entre os países da região monetária, ao abrandamento do crescimento das economias emergentes, num quadro de persistência de alguma fragmentação financeira, o BCE admite manter, para além de setembro de 2016, as medidas não convencionais de política monetária.

## EVOLUÇÃO GLOBAL

De acordo com o Relatório de Politica Monetária do Banco de Cabo Verde, o modesto crescimento económico dos principais parceiros do país e a melhoria gradual das condições do seu mercado de trabalho têm favorecido o crescimento das remessas de emigrantes e a recuperação da procura turística dirigida a Cabo Verde. Por seu turno, a contida evolução dos preços no consumidor na Europa e nos EUA (ainda que indesejável no seu caso, por condicionar a transmissão monetária), bem como a redução generalizada dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas importadas têm contribuído, igualmente, em boa medida, para o reforço do rendimento disponível bruto real das famílias cabo-verdianas e para a redução das faturas com a importação nacional.

Os dados do Instituto nacional de estatistica indiciam uma taxa de crescimento do PIB de 0,5%, para o 1º semestre de 2015, consideravelmente inferior à de 3.6% registada no mesmo período homólogo.

De igual modo o Banco Central de Cabo Verde reviu em baixa a taxa de crescimento do PIB de 2,5% - 3,5% para 1- 2% como reflexo de um menor desempenho do lado da Procura derivado em grande parte dos cortes realizados no investimento publico, do fraco desempenho do sector agrícola, da diminuição registada no Investimento Directo estrangeiro e ainda da evolução menos favorável do financiamento bancário a empreendimentos privados.

O Economist Intelligence Unit para Cabo Verde estima que o crescimento económico em 2015 terá sido de 1,7% - inferior em 1 p.p. ao registado no ano anterior. Realça ainda que Cabo Verde continua a ser um país vulnerável a choques externos devido à sua forte dependência de bens importados, aos estreitos laços com a zona Euro – principal fonte de receitas do turismo, de Investimento Directo Estrangeiro e de remessa de emigrantes.

| | 2014a | 2015b |
|---|---|---|
| PIB a preços de mercado (CVE bn) | 155,5 | 163,2 |
| PIB (US $ m) | 1871,2 | 1640 |
| Crescimento real do PIB (%) | 2,7 | 1,7 |
| Inflação de preço ao consumidor (av) | 0,2 | 0,2 |
| População (‘000) | 514 | 521 |
| Exportações de Bens (US $ m) | 253,3 | 212,6 |
| Importações de Bens (US $ m) | 853.6 | 767,3 |
| Saldo da Balança corrente (US $ m) | -164.6 | -91 |
| Reservas Cambiais de Ouro excl (US $ m) | 510,9 | 431,4 |
| Taxa de Câmbia (av) CVEs : US $ | 83,1 | 99,5 |

a. Actual

b. Estimativa

Fonte: Economist Intelligence Unit

Os preços mantiveram uma evolução favorável ao consumidor, tal como no ano anterior. A inflação media anual manteve-se negativa até Março de 2015 em -0,4%, atingiu os 0,1% em Outubro e prevê-se situar entre zero a 0.2% no final de 2015.

A evolução da inflacçao importada, derivada da redução dos preços das materias primas energéticas e não energéticas, bem como do IPC registados nos principais mercados fornecedores compensou a subida dos preços dos produtos agrícolas produzidos internamente devido à seca de 2014 e contribuiu para a melhoria do rendimento disponível das famílias.

Nas contas externas de registar uma contracção significativa do défice da Balança Corrente determinada pelo expressivo aumento das remessas de emigrantes e dos donativos ao Estado de Cabo Verde bem como pela forte recuperação das receitas do turismo e redução do preço e volume das importações de bens. A evolução favorável da Balança Corrente não foi contudo suficiente levando à quebra das reservas liquidas internacionais para valores na ordem dos 35 milhões de euros, devido ao aumento das aplicações dos Bancos no exterior e à redução dos desembolsos da divida externa.

Perspectiva-se a melhoria do cenário macro económico no ultimo trimestre de 2015 o que sustenta a expectativa de um crescimento económico em 2015 entre um a dois por cento, essencialmente derivado pelo reforço da procura turística, do aumento do rendimento do rendimento disponível das famílias e da sua confiança, esta ultima motivada pelos bons resultados esperados do ano agrícola de 2015, a um crescimento mais acelerado do credito ao sector privado e, consequentemente, da execução de alguns empreendimentos privados.

## POLÍTICA E SITUAÇÃO MONETÁRIA E FINANCEIRA

De acordo com o Relatório do Banco de Cabo Verde, a oferta de moeda, expressa pelo agregado M2, aumentou 5,5 por cento em termos homólogos até Outubro (8,8 por cento em Outubro de 2014), determinada, por um lado, pela contínua melhoria da posição externa do país e, por outro, pelo crescimento moderado do crédito interno líquido.

Os Activos Externos líquidos do país cresceram 7,8 por cento até Outubro, em função do aumento na ordem dos 4,5 por cento do stock das reservas internacionais líquidas do país e do crescimento muito significativo das aplicações dos bancos comerciais de curto prazo no exterior (19 por cento), aliado à redução expressiva dos seus passivos de médio e longo prazo (24 por cento). O crescimento do crédito interno líquido permaneceu, entretanto, moderado, essencialmente devido ao abrandamento do recurso do Estado ao endividamento interno (o crescimento do crédito bruto ao governo central reduziu dos 23,5

por cento em período homólogo para 6,6 por cento), numa conjuntura de forte recuperação das receitas fiscais e de crescimento acelerado dos donativos ao país.

Contrariamente à dinâmica do crédito ao sector público administrativo, o crédito à economia cresceu 2,1 por cento, recuperando de uma queda de 0,9 por cento em período homólogo. Para o comportamento mais favorável do crédito bancário contribuíram a duplicação dos empréstimos concedidos às empresas públicas (dos ramos imobiliários e de transportes aéreos) e o crescimento na ordem dos 0,7 por cento dos empréstimos concedidos a empresas privadas (dos ramos de comércio a retalho, restaurantes e hotéis, indústria química e alimentar) e a particulares.

A redução dos custos de financiamento (as taxas de juro activas reduziram 0,85 pontos percentuais entre Outubro de 2014 e Outubro de 2015) terá, por um lado, influenciado positivamente a procura de crédito.

Por outro lado, do lado da oferta de crédito, o comportamento da banca estará alinhado com algum aumento da procura elegível, numa conjuntura de contínua diminuição da rentabilidade dos títulos do Tesouro e do Banco de Cabo Verde e de uma redução do crédito com imparidade (na ordem dos sete por cento até Setembro, em função sobretudo da dação de imóveis em cumprimento).

Os depósitos, que constituem a principal fonte de financiamento dos bancos, continuaram a registar crescimentos significativos, embora em desaceleração (em Outubro, em termos homólogos, os depósitos totais e dos emigrantes cresciam, respectivamente, 5,5 e 8,9 por cento), contribuindo para o contínuo aumento da liquidez no sistema bancário, não obstante a redução em termos médios das taxas de juro em 0,22 pontos percentuais





# 6. PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO

# 6.1. POSICIONAMENTO COMPETITIVO

A evolução do posicionamento competitivo do BI em 2015 foi analisada com base na informação disponibilizada pelo BCV e que respeita, no momento, a Setembro de 2015. Por esta razão, as evoluções reais do ano podem vir a sofrer alterações quando se conhecerem os dados finais do ano.

O BI terá crescido a sua quota de mercado, em volume de negócios, acima dos restantes concorrentes, com base nos dados do sistema de Setembro de 2015.

| | | | Dez 15 - Dez 14 | |
|---|---|---|---|---|
| Volume de Negócios | dez-14 | dez-15 | Valor | % |
| Sistema | 259 372 | 265 256 | 5 884 | 2,27% |
| BI | 34 263 | 35 997 | 1 734 | 5,06% |
| Quota Mercado | 13,21% | 13,57% | | 0,36 pp |

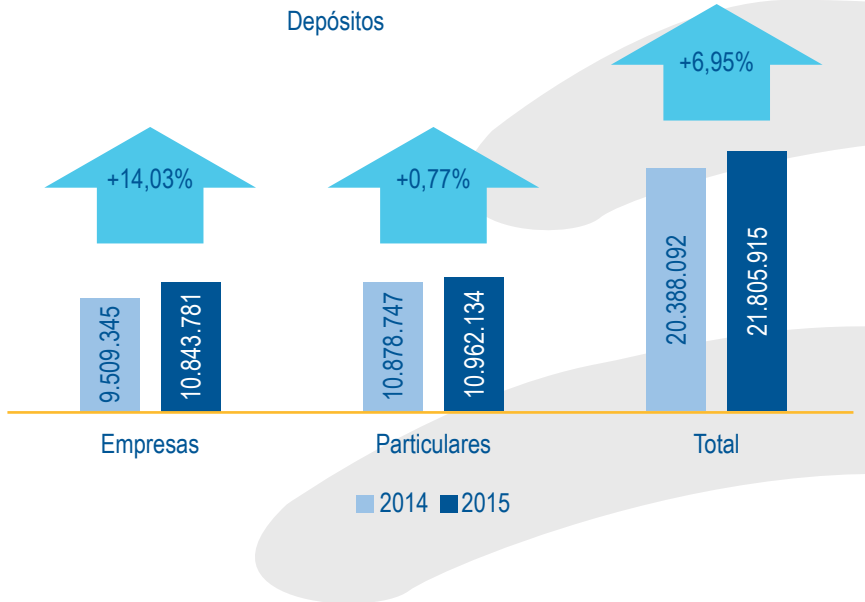
Fonte: BCV Setembro 2015 - dados Setembro; Não inclui dívido pública; CVE MIO

Os recursos de clientes cresceram 6,41%.

| | | | Dez 15 - Dez 14 | |
|---|---|---|---|---|
| Recursos dos Clientes | dez-14 | dez-15 | Valor | % |
| Sistema | 160 561 | 165 940 | 5 379 | 3,35% |
| BI | 20 796 | 22 130 | 1 333 | 6,41% |
| Quota Mercado | 12,95% | 13,34% | | 0,38 pp |

Fonte: BCV Setembro 2015 - dados Setembro; Não inclui dívido pública; CVE MIO

Verificou-se uma pequena alteração na estrutura dos depósitos, com um crescimento mais acentuado no segmento das empresas:

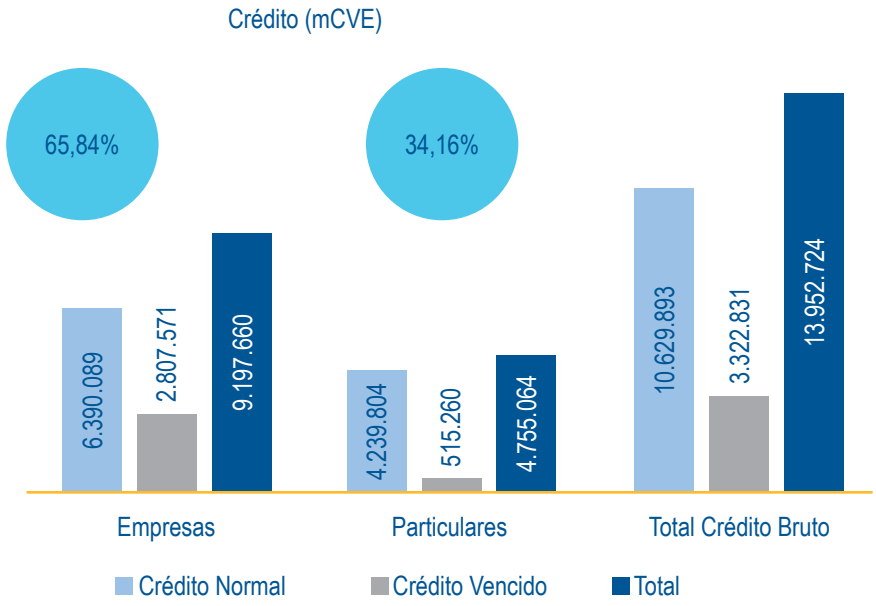


Ao nível da concessão de crédito à economia, o BI cresceu, face a 2014 e em termos líquidos (considerando as naturais amortizações, cerca de 3% face a 2014. As estimativas do sector apontam para um crescimento do mercado de apenas 0,5%. Assim, o BI terá aumentado a sua quota para 14%.

| | | | Dez 15 - Dez 14 | |
|---|---|---|---|---|
| Crédito Bruto | dez-14 | dez-15 | Valor | % |
| Sistema | 98 811 | 99 316 | 505 | 0,51% |
| BI | 13 467 | 13 867 | 400 | 2,97% |
| Quota Mercado | 13,63% | 13,96% | | 0,33 pp |

Fonte: BCV Setembro 2015 - dados Setembro; Não inclui dívido pública; CVE MIO

Considerando apenas as novas operações de crédito, verificou-se uma alteração expressiva da dinâmica comercial, com particular destaque para o segundo semestre de 2015, com um aumento do crédito novo de c. 67% face a 2014.
Salientamos com particular enfoque o esforço de apoio à economia e às empresas, com c. 2,7 milhões de contos de novo crédito concedido a este segmento.
A distribuição do crédito por segmentos apresenta o segmento das empresas como aquele que continua a ter o maior peso (66% do total da carteira de crédito vs o crédito a particulares que representa 34%).




Destaque ainda para a redução em cerca de 10% do crédito vencido total do Banco, mantendo-se o segmento de particulares como aquele que apresenta taxas de incumprimento mais reduzidas.

## 6.2. BANCA DE RETALHO PARTICULARES E PEQUENOS NEGÓCIOS

O Crédito a Particulares cresceu mais moderadamente que a carteira, na ordem dos 1,9%. Foram concedidas 1.157 novas operações no valor total de 1,2 milhões de contos, e renovadas 588 no valor de 333 mil contos

| | | | Dez 15 - Dez 14 | |
|---|---|---|---|---|
| Particulares e Pequenos Negocios | dez-14 | dez-15 | Valor | % |
| Crédito | 4 667 | 4 755 | 88 | 1,89% |
| Depósitos | 10 878 | 10 962 | 84 | 0,77% |
| Volume de Negócios | 15 545 | 15 717 | | 1,11% |

Fonte: BCV Setembro 2015 - dados Setembro; Não inclui dívido pública; CVE MIO

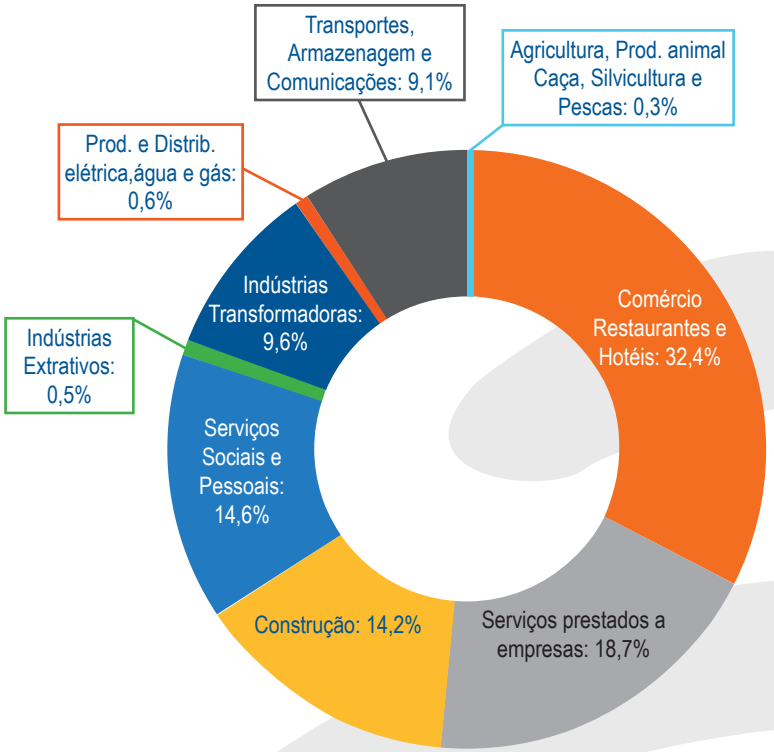
## 6.3. BANCA CORPORATIVA

Através da rede de agências, do Gabinete especializado em empresas e de uma nova unidade para Grandes Clientes, o BI desenvolveu a sua actuação comercial neste segmento, melhorando o acompanhamento dos melhores clientes e contribuindo decisivamente para o crescimento verificado no número de operações novas e nos montantes de crédito novo concedido (c. 2,7 milhões de contos).

## 6.4. CRÉDITO POR SECTOR DE ACTIVIDADE

A estrutura do crédito à economia por sector de atividade manteve-se quase idêntica à do ano anterior.

O sector de maior peso continua a ser o do Comércio, Restaurantes e Hotéis com 32,4% do total da carteira, o que reflete um alinhamento da política de concessão de crédito do Banco com o Mercado – este regista os maiores índices de crescimento do Crédito à Economia no Ramo do Comercio a Retalho, Restauração e Hotelaria, segundo o relatório de Política Monetária do Banco de Cabo Verde.





# 7. RECURSOS HUMANOS

# 7. RECURSOS HUMANOS

O Banco terminou o ano de 2015 com um total de 129 colaboradores, uma diminuição de 3 em relação ao ano anterior. Tal como em anos anteriores, existem 2 quadros com funções de gestão, em comissão de serviço em Cabo Verde.

## 7.1. DISTRIBUIÇÃO POR VINCULO JURÍDICO

Do total de colaboradores, 84 eram efectivos (-1 comparativamente a 2014), 42 possuam contrato por tempo determinado (+ 10 em relação ao ano anterior) e 3 eram estagiários (menos 13 que em 2014).

## 7.2. DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL

Em 2015 manteve-se a predominância da distribuição funcional na área comercial, com 79 colaboradores (61%). Destes 20 desempenham cargos de chefia.

Área Comercial 61%

Órgãos de Chefia 25%
Empregado Bancário 75%

Serviços Centrais 39%

Empregado Bancário 56%
Órgãos de Chefia 34 %
Serviço de Apoio 10%

## 7.3. DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO

O Banco contava com 64% de mulheres no seu quadro de pessoal. Dos 38 quadros de chefia, 26 eram também mulheres (68%).

64% Mulheres

36% Homens

## 7.4.DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÃO ETÁRIO

A média de idades dos empregados é de 35 anos, com predominância na faixa etária entre os 31 e os 40 anos.

## 7.5. DISTRIBUIÇÃO POR ANTIGUIDADE

64% do quadro, num total de 83 colaboradores, tinham antiguidade superior a 6 anos e, destes, metade antiguidade superior a 10 anos.

64% - Superior a 6 anos
Dos quais metade superior a 10 anos

36% - < 6 anos

## 7.6. DISTRIBUIÇÃO POR ESCOLARIDADE

60% dos Colaboradores detinham formação superior, 8% Bacharelato, 30% ensino secundário e 2% com o ensino básico.

Licenciatura 56%

Sem Licenciatura 40%

Pós Graduação/Mestrado 4%

## 7.7. FORMAÇÃO

Foram realizadas 18 acções de formação, sendo 4 delas ministradas pelo Banco de Cabo Verde, 2 pela OPACC e 4 ministradas internamente. No cômputo geral estiveram envolvidos 85 Colaboradores, o que corresponde a 67% do total de colaboradores. De salientar que dos 85 formandos, 33 participaram em três formações e 8 em 4 acções de formação. O Banco patrocinou a dois colaboradores um curso de mestrado e uma pós-Graduação.



# 8. RESPONSABILIDADE SOCIAL

# 8. RESPONSABILIDADE SOCIAL

O BI prosseguiu com a sua política de Apoio Social atribuindo donativos as instituições parceiras de cariz solidário, essencialmente com foco na redução da pobreza e na promoção da igualdade de oportunidades, privilegiando os idosos e as crianças.
O ano de 2015 foi igualmente o ano de apoio à cultura, através da concessão de patrocínios a várias organizações de cariz artístico e literário como a Associação Mindelact e a Academia Cabo-verdiana de Letras.

| Donativos 2015 |
|---|
| Associação Desportiva do Banco Interatlântico (ADCRBI) |
| Paroqui Santíssima Nome Jesus |
| Operação Carinho |
| Jardim Black Panthers |
| Jardim Brincar e Crescer |
| Fundação Infância Feliz |
| Fundação Criança Cabo-verdiana |
| Aldeia SOS |
| Fundação EPIF |
| Apoio Alunos de Rotary Club da Praia |
| Associação do BI |

| Patrocínios 2015 |
|---|
| - Prémio de Estágio |
| - Cremilda Medina Noite Cabo – Verdiana no Hotel Tropico |
| - Qtal da Musica – Homenagem Dia da Mulher Cabo-verdiana |
| - Centro Educativo Miraflores – Comemorações do 10º |
| - AJOC Associação Sindical dos Jornalistas de Cabo Verde – Comemorações do dia da liberdade de Imprensa |
| - Associação Artística e Cultural Mindelact – Livro Caplan Neves |
| - IPP – Realização do II Dialogo Estratégico |
| - Casa das Bandeiras – Substituição do tecto do palco da Casa das Bandeiras |
| - VI Edição POR festa 2015 – Embaixada de Portugal |
| - Associação Artística e Cultural Mindelact – Preparações da 21ª Edição do Festival - Mindelact 2015 |
| - Associação ADCRBI – Actividades 1º de Maio |
| - Academia Cabo-verdiana de Letras – Lançamento da1ª Revista |
| - Comemorações do 40º º Aniversario da Independência de Cabo Verde – Embaixada de Cabo Verde em França |
| - Helena Centeio – Edição do livro “Storia, Storia: Contos tradicionais de Cabo Verde – Ilha do Fogo” |
| - Clube Desportivo ABC – Torneio Internacional Basquete sénior |
| - Fresco Produções – Edição do livro “Cabo Verde visto do Ar” |
| - Livraria Pedro Cardoso – Edição do livro “O Manduco” |
| - José Maria Vieira B. Almeida – Edição do livro “Alois de Rolla Dziezaski, um polaco nos destinos de Cabo Verde: Subsídios para uma biografia e Memória de Bissau e suas dependências” |
| - Hermínia Curado Ferreira – Edição do livro “Padre Campos o Missionário do Espirito Santo” |
| - Ricardo de Deus – apoio lançamento de um CD |
| - Jose Mario Mendes Correia – Edição do livro “Nas Rotas dos Tubarões Azuis – 40 anos de história de Selecção Nacional” |



# 9. ANÁLISE FINANCEIRA

# 9.1. BALANÇO

O Balanço do BI em 2015 espelha as prioridades da gestão, em particular o reforço da concessão de crédito e a redução do crédito em incumprimento.

Verificou-se um aumento de 3% no crédito bruto, dividido entre um crescimento de 10% no crédito a empresas e de 5% no crédito a particulares, com o crédito vencido a reduzir-se c. 10%, contribuindo assim para uma evolução da carteira de +3% em termos líquidos e considerando as normais amortizações.

Foram concedidas 1.450 novas operações de crédito, num total de 4 milhões de contos, o que representa um crescimento de c.67% face a 2014.

O segmento de empresas registou 2,6 milhões de contos de novo crédito e o de particulares c. 1,2 milhões de contos.

Considerando as renovações de crédito, foram tratadas pelo Banco 2.410 operações de crédito em situação normal, num volume total de 9,6 milhões de contos.

Do lado do passivo, registou-se um aumento dos recursos de clientes em c. 6,4% (1,3 milhões de contos).

O rácio de transformação do BI situou-se nos 64,96%.

O indicador Crédito Vencido/Crédito Total baixou para 24% (27,5% em 2014) graças à redução de c. 10% no crédito vencido, mas ainda assim situando-se em valores que o Banco considera demasiado elevados, justificando a continuação do esforço de recuperação de crédito que foi uma das prioridades em 2015.

A gestão da liquidez que o Balanço apresenta foi essencialmente feita através de aplicações no BCV e em títulos do Tesouro do Estado, tendo o Banco gerido um limite de exposição procurando maximizar a rentabilidade sem comprometer as disponibilidades para concessão de novas operações de crédito.

# 9.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Os principais indicadores de resultados do BI em 2015 registam sensíveis melhorias face a 2014, fruto do esforço e empenho de toda a equipa do BI.

O Produto Global da Actividade cresceu c. 11%, impulsionado pelo aumento da carteira de crédito do Banco e dos montantes de novas operações.

As políticas de racionalização de custos já começaram a materializar algumas poupanças, com uma redução de c. 4% nos gastos de funcionamento do Banco, enquanto que os custos com pessoal apresentaram um aumento de c. 8%, resultantes de alterações de remuneração de diversos colaboradores e da admissão a contrato de colaboradores anteriormente em processos de estágio no Banco.

Em consequência, os Resultados de Exploração mais do que duplicaram 134,17% face a 2014, atingindo os 98 mil contos.

O indicador Cost-to-income situou-se em 85%, melhorando sensivelmente face a 2014 (93%).

Agindo com prudência e visando melhorar o grau de cobertura das suas exposições vencidas, o BI alocou a quase totalidade deste resultado ao reforço de imparidades, protegendo e melhorando a solidez do seu balanço. O grau de cobertura do crédito vencido por imparidades aumentou para 42% (37% em 2014) e determinou que o Resultado Líquido fosse inferior ao de 2014.

Este reforço de imparidades cumpre também as recomendações do Banco de Cabo Verde, o qual determinou que o Banco Interatlântico não deve distribuir dividendos aos seus accionistas enquanto os montantes das imparidades constituídas não igualarem os das provisões.

# 10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta a política de prudência e a vantagem de capitalização do Banco Interatlântico e considerando o resultado líquido do exercício de 2015, propõe-se a seguinte distribuição de Resultados:

- Para Reserva Legal, 10% (dez por cento);
- O restante a afectar a Outras Reservas

Praia, 25 de Fevereiro de 2016

Alfredo Manuel Antas Teles

Teófilo Figueiredo Almeida Silva

Pedro Gomes Soares

Manuel Fernando Monteiro Pinto

António Carlos Moreira Semedo

Jorge Fernando Gonçalves Alves

Adalberto Oliveira Mendes

# 11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



# 11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

### (Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

| | | 2015 | | | 2014 |
|---|---|---|---|---|---|
| ATIVO | Notas | Ativo Bruto | Imparidade e amortizações | Ativo líquido | Ativo líquido |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 3 | 2.704.040 | - | 2.704.040 | 4.038.922 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 4 | 613.195 | - | 613.195 | 888.818 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 5 | 290.613 | ( 11.891) | 278.722 | 281.241 |
| Aplicações em instituições de crédito | 6 | 4.952.882 | - | 4.952.882 | 2.484.422 |
| Títulos de dívida pública | 7 | 2.356.709 | - | 2.356.709 | 2.407.802 |
| Crédito a clientes | 8 | 14.376.389 | ( 1.393.527) | 12.982.862 | 12.806.990 |
| Ativos não correntes detidos para venda | 9 | 623.925 | ( 91.734) | 532.191 | 165.838 |
| Outros ativos tangíveis | 10 | 981.674 | ( 669.825) | 311.849 | 281.481 |
| Ativos intangíveis | 11 | 98.443 | ( 82.869) | 15.574 | 5.542 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 12 | 73.529 | - | 73.529 | 71.674 |
| Ativos por impostos correntes | 13 | 40.928 | - | 40.928 | 39.026 |
| Outros ativos | 14 | 112.885 | ( 15.789) | 97.096 | 61.576 |
| Total do Ativo | | 27.225.212 | (2.265.635) | 24.959.577 | 23.533.332 |

| PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | Notas | 2015 | 2014 |
|---|---|---|---|
| Recursos de outras instituições de crédito | 15 | 420.414 | 314.435 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 16 | 22.129.553 | 20.796.111 |
| Outros passivos subordinados | 17 | 514.914 | 514.914 |
| Provisões | 9 | 5.733 | 5.733 |
| Passivos por impostos correntes | 13 | 2.326 | - |
| Passivos por impostos diferidos | 13 | 6.412 | 5.715 |
| Outros passivos | 19 | 142.931 | 166.229 |
| Total do Passivo | | 23.222.284 | 21.803.137 |
| Capital | 20 | 1.000.000 | 1.000.000 |
| Prémios de emissão | 21 | 388 | 388 |
| Reservas de reavaliação | 21 | 18.731 | 16.696 |
| Outras reservas e resultados transitados | 21 | 713.111 | 702.637 |
| Resultado do exercício | 21 | 5.063 | 10.474 |
| Total do Capital próprio | | 1.737.293 | 1.730.195 |
| Total do Passivo e do Capital Próprio | | 24.959.577 | 23.533.332 |

# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOSFINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

## (Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

| | Notas | 2015 | 2014 |
|---|---|---|---|
| Juros e rendimentos similares | 22 | 1.147.236 | 1.087.121 |
| Juros e encargos similares | 23 | (680.897) | (722.725) |
| MARGEM FINANCEIRA | | 466.339 | 364.396 |
| | | | |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 24 | 5.074 | 1.032 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 25 | 134.050 | 151.014 |
| Encargos com serviços e comissões | 25 | (31.940) | (41.423) |
| Resultados de activos financeiros disponíveis para venda | 5 | 1.135 | 2.857 |
| Resultados de reavaliação cambial | 26 | 45.443 | 40.802 |
| Resultados de alienação de outros activos | 27 | 378 | (976) |
| Outros resultados de exploração | 28 | 42.055 | 81.034 |
| PRODUTO BANCÁRIO | | 662.534 | 598.736 |
| | | | |
| Custos com pessoal | 29 | (233.015) | (215.071) |
| Gastos gerais administrativos | 30 | (279.818) | (290.279) |
| Amortizações do exercício | 10 e 11 | (51.330) | (51.379) |
| Provisões líquidas de reposições e anulações | 9 | - | (5.733) |
| Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações | 18 | (40.006) | (24.842) |
| Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações | 18 | (63.960) | (15.301) |
| Resultados em empresas associadas | 12 | 12.984 | 14.343 |
| RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS | | 7.389 | 10.474 |
| | | | |
| Impostos | | | |
| Correntes | 13 | (2.326) | - |
| Diferidos | 13 | - | - |
| | | (2.326) | - |
| RESULTADO APÓS IMPOSTOS | | 5.063 | 10.474 |
| | | | |
| Número médio de acções ordinárias emitidas | | 1.000.000 | 1.000.000 |
| Resultado por acção | | 0.01 | 0.01 |

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

# DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

**(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)**

| | | Outras reservas e resultados transitados | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital | Prémios de emissão | Reservas de reavaliação | Reserva Legal | Outras reservas | Resultados transitados | Total | Lucro do exercício | Total |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2013 | 1.000.000 | 388 | 15.644 | 135.566 | 639.971 | (146.396) | 629.141 | 73.496 | 1.718.669 |
| Distribuição do resultado do exercício de 2013: | | | | | | | | | |
| Incorporação em reservas e resultados transitados | - | - | - | 7.350 | 66.146 | - | 73.496 | (73.496) | - |
| Rendimento integral do exercício | - | - | 1.053 | - | - | - | - | 10.474 | 11.527 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2014 | 1.000.000 | 388 | 16.697 | 142.916 | 706.117 | (146.396) | 702.637 | 10.474 | 1.730.196 |
| Distribuição do resultado do exercício de 2014: | | | | | | | | | |
| Incorporação em reservas e resultados transitados | - | - | - | 1.047 | 9.427 | - | 10.474 | (10.474) | - |
| Rendimento integral do exercício | - | - | 2.034 | - | - | - | - | 5.063 | 7.097 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2015 | 1.000.000 | 388 | 18.731 | 143.963 | 715.544 | (146.396) | 713.111 | 5.063 | 1.737.293 |

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

# DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

**(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)**

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda | | |
| Variação no exercício | 2.731 | 1.412 |
| Efeito fiscal | (697) | (359) |
| Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas e resultados transitados | 2.034 | 1.053 |
| Resultado líquido do exercício | 5.063 | 10.474 |
| Total do rendimento integral do exercício | 7.097 | 11.527 |

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

# DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

## (Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Recebimento de juros e comissões | 1.327.572 | 1.179.014 |
| Pagamento de juros e comissões | (725.515) | (712.545) |
| Resultados cambiais | 45.444 | 40.802 |
| Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional | 8.582 | 53.165 |
| Pagamentos ao pessoal e fornecedores | (538.464) | (500.339) |
| Pagamentos de impostos sobre o rendimento | (1.902) | (2.713) |
| Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais | 115.717 | 57.384 |
| | | |
| (Aumentos) diminuições nos ativos operacionais: | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 6.385 | 53.708 |
| Aplicações em instituições de crédito | (2.465.824) | 829.796 |
| Créditos sobre clientes | (190.360) | 116.628 |
| Títulos de dívida pública | (50.899) | (990.388) |
| Outros ativos | (1.150) | 2.781 |
| | (2.701.848) | 12.525 |
| | | |
| Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais: | | |
| Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito | 92.554 | 88.367 |
| Recursos de clientes | 1.347.447 | 3.592.190 |
| Outros passivos | 1.852 | (12.861) |
| | 1.441.853 | 3.667.696 |
| | | |
| Caixa líquida das atividades operacionais | (1.144.278) | 3.737.605 |
| | | |
| Fluxos de caixa de atividades de investimento | | |
| (Aumentos) diminuições nos ativos de investimento: | | |
| Ativos intangíveis | (11.162) | (4.807) |
| Outros ativos tangíveis | (27.282) | (43.516) |
| Ativos não correntes detidos para venda | (443.985) | (168.829) |
| Dividendos recebidos | 16.202 | 12.952 |
| Caixa líquida das atividades de investimento | (466.227) | (204.200) |
| | | |
| Fluxos de caixa de atividades de financiamento | | |
| Dividendos distribuídos | - | - |
| Caixa líquida das atividades de financiamento | - | - |
| | | |
| Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes | (1.610.505) | 3.533.405 |
| | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício | 4.927.740 | 1.394.335 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 3.317.235 | 4.927.740 |

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



# 12. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

# 12. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Interatlântico, S.A.R.L. (Banco) é um banco comercial, constituído em julho de 1999, que resultou da integração do património líquido da Sucursal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em Cabo Verde, mediante a qual lhe foram transmitidos todos os direitos e obrigações de que a Sucursal era titular em 30 de junho de 1999.

O Banco tem por objeto o exercício da atividade bancária e as funções de crédito em geral, bem como a prática de quaisquer operações financeiras ou de investimento referentes a títulos ou participações, desde que devidamente autorizadas.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, e dispõe de uma rede de nove agências, das quais cinco se encontram localizadas na ilha de Santiago, duas na ilha do Sal, uma na ilha de São Vicente e outra na ilha da Boavista.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2016, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

### 2.2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

**a) Especialização de exercícios**

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

**b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2015 e 2014, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| 1 USD | 100,77 | 90,543 |

**c) Ativos financeiros**

*Ativos financeiros*

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor acrescido de custos diretamente atribuíveis à transação. O Banco não tem ativos detidos para negociação, ou outros ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os ativos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

*Empréstimos e contas a receber*

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros ativos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde, uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário ativo.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

*Reconhecimento de juros*

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

*Crédito vencido e anulações de capital e juros*

Os juros de créditos vencidos são anulados um dia após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados sobre os créditos acima referidos apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados a crédito da rubrica "Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações".

*Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda, que correspondem a ações de empresas, são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capital próprio, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para rendimentos ou gastos do exercício, sendo registados nas rubricas "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações", respetivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como rendimentos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

*Justo valor*

Conforme acima referido, os ativos financeiros enquadrados na categoria de "Ativos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente aos títulos de rendimento variável não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados modelos e técnicas internas de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

**ii) Imparidade de ativos financeiros**

*Ativos financeiros ao custo amortizado*

O Banco efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base coletiva quanto a ativos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efetua uma análise individual de todos os clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 20.000, e de empresas que apresentem situações de incumprimento há mais de 180 dias, com exposição superior a mCve. 4.000.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.
Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com caraterísticas de risco similares (nomeadamente com base nas caraterísticas das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com caraterísticas similares.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares
- Sector Público

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade foram igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações", sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

*Ativos financeiros disponíveis para venda*

Conforme referido na Nota 2.2. c) i), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas diretamente em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".
Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica "Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para ativos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em "Reservas de reavaliação". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem ser revertidas.

**d) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, incluindo custos ou proveitos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros passivos".

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

**e) Ativos recebidos por recuperação de créditos**

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados em "Ativos não correntes detidos para venda".

Estes ativos não são amortizados. Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas "Outros resultados de exploração".

**f) Outros ativos tangíveis**

São registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

| | Anos de vida útil | |
|---|---|---|
| | Adquiridos até 2014 | Adquiridos a partir de 2015 |
| Imóveis de serviço próprio | 50 | 50 |
| Equipamento: | | |
| Mobiliário e material de escritório | 12 | 8 |
| Máquinas e ferramentas | 5 - 6 | 5 |
| Equipamento informático | 4 | 3 - 5 |
| Instalações interiores | 8 | 5 |
| Material de transporte | 4 - 5 | 4 - 5 |
| Equipamento de segurança | 5 | 10 |
| Outro equipamento | 6 | 8 |

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em gastos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de ativos". Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do ativo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os ativos tangíveis.

**g) Ativos intangíveis**

Esta rubrica compreende essencialmente gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como gasto do exercício em que são incorridas.

**h) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos**

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes ativos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

**i) Impostos sobre lucros**

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco está sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco estava sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), sendo a taxa agregada de imposto 25,5%.

*Impostos correntes*

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

*Impostos diferidos*

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os ativos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados ativos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.
Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.
As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem

ao impacto da adoção das NIRF e à valorização de ativos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

**j) Provisões e passivos contingentes**

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

**k) Benefícios dos empregados**

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados".

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

**l) Comissões**

As comissões relativas a operações de crédito que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

**m) Valores recebidos em depósito**

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

**n) Caixa e seus equivalentes**

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

**o) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas**

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

*Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido*

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. c) ii). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuado pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

A carteira de crédito do Banco inclui montantes relevantes de crédito a empresas do setor imobiliário e da construção, incluindo o financiamento de alguns projetos relacionados com o desenvolvimento de empreendimentos turísticos cuja construção se encontra atualmente suspensa. Para efeitos de determinação de imparidade individual o Banco considera as suas expetativas de recuperação tendo em conta as medidas de recuperação em curso e as avaliações obtidas para as garantias subjacentes às operações de crédito. Não obstante, a concretização das expetativas de recuperação refletidas na imparidade atribuída pelo Banco ao crédito está dependente da evolução que se vier a verificar na situação do mercado imobiliário em Cabo Verde e dos resultados das medidas concretas de recuperação que se encontram em curso.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda
Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes ativos são reconhecidas por contrapartida das "Reservas de reavaliação". Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para gastos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.2. c) ii)).

*Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos*

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como ativos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 2.2. c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

*Determinação de impostos sobre lucros*

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.
Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2015 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) 5, o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à dedutibilidade de custos com imparidade para crédito, considerando que para efeitos fiscais seriam aceites as imparidades calculadas nos termos previstos na IAS 39, e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2015.

### p) Adoção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações em vigor em 31 de dezembro de 2015.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

| Norma / Interpretação | Aplicável nos exercícios iniciados em ou após | |
|---|---|---|
| IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado | 17-Jun-14 | Estabelece as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados. |
| Emenda à IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013) | 1-Jan-15 | Clarifica que a IFRS 3 exclui do seu âmbito de aplicação a formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto. |
| Emenda à IFRS 13 – Mensuração ao justo valor (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013) | 1-Jan-15 | Clarifica que a exceção de aplicação da norma a ativos e passivos financeiros com posições compensadas se estende a todos os contratos no âmbito da IAS 39, independentemente de cumprirem com a definição de ativo ou passivo financeiro da IAS 32. |
| Emenda à IAS 40 – Propriedades de investimento (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013) | 1-Jan-15 | Clarifica que é necessário aplicar juízo de valor para determinar se a aquisição de uma propriedade de investimento constitui uma aquisição de um ativo ou uma concentração de atividades empresariais abrangida pela IFRS 3. |

A adoção destas normas não teve um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2015.

## Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, já se encontram aprovadas e são de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

| Norma / Interpretação | Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após | |
|---|---|---|
| Emenda à IAS 19 – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados | 01/Fev/15 | Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo. |
| Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012) | 01/Fev/15 | Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: definição de vesting condition; IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo |
| Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014) | 01/Jan/16 | Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desreconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares. |
| Emenda à IFRS 11 – Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos | 01/Jan/16 | Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospetiva para novas aquisições de interesses. |
| Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – "Disclosure Iniciative" | 01/Jan/16 | Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem:<br>· uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas;<br>· uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção;<br>· informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e<br>· outra informação na quarta secção |
| Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis | 01/Jan/16 | Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada. |
| Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 – Agricultura – Plantas de produção | 01/Jan/16 | Esta emenda vem excluir as plantas que produzem frutos ou outros componentes destinados a colheita e/ou remoção do âmbito de aplicação da IAS 41, passando as mesmas a estar abrangidas pela IAS 16. |
| Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas | 01/Jan/16 | Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospetivamente |
| IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores | 01/Jan/18 | Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. |
| IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes | 01/Jan/18 | Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade. |

Os impactos da aplicação destas normas, nomeadamente no que respeita à IFRS 9, serão objeto de avaliação futura pelo Banco.

## 3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Caixa | | |
| Moeda nacional | 257.265 | 279.271 |
| Moeda estrangeira | 471.867 | 414.202 |
| Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde | | |
| Moeda nacional | 1.974.908 | 3.345.449 |
| | 2.704.040 | 4.038.922 |

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 15% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes. Em 31 de dezembro de 2014, o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa correspondia a 18%. Em 2014, foi fixada uma percentagem mínima diária de 20% do montante de reservas mínimas que as instituições financeiras devem manter nas contas de depósito à ordem.

Nos exercícios de 2015 e 2014, estes depósitos não foram remunerados.

## 4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Depósitos à ordem: | | |
| • Caixa Geral de Depósitos, S.A. | 442.600 | 693.651 |
| • Em outras instituições no estrangeiro | 127.969 | 29.154 |
| • Em instituições no país | 3.521 | 1.014 |
| | 574.090 | 723.819 |
| Cheques a cobrar: | | |
| • Sobre o estrangeiro | 5.251 | 15.232 |
| • Sobre o país | 33.854 | 149.767 |
| | 39.105 | 164.999 |
| | 613.195 | 888.818 |

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

## 5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Instrumentos de capital: | | |
| Valorizados ao justo valor | 290.613 | 293.132 |
| Imparidade: | | |
| Instrumentos de capital (Nota 18) | (11.891) | (11.891) |
| | 278.722 | 281.241 |

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros classificados na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

| | 2015 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Título | Valor de aquisição | % de participação | Valor de balanço (líquido) | Reserva de reavaliação (Nota 21) | Imparidade (Nota 18) |
| Instrumentos de capital valorizados ao justo valor | | | | | |
| Banco Comercial do Atlântico, S.A. | 238.746 | 5,40% | 243.955 | 5.209 | (10.011) |
| Visa International Service Association | 1.323 | n.d. | 21.256 | 19.933 | - |
| | 240.069 | | 265.211 | 25.142 | (10.011) |
| Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico | | | | | |
| A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L. | 15.307 | 3,79% | 15.307 | - | (1.880) |
| Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A. | 10.095 | 0,65% | 10.095 | - | - |
| | 25.402 | | 25.402 | - | (1.880) |
| | 265.471 | | 290.613 | 25.142 | (11.891) |

n.d. - não disponível

| | 2014 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Título | Valor de aquisição | % de participação | Valor de balanço (líquido) | Reserva de reavaliação (Nota 21) | Imparidade (Nota 18) |
| Instrumentos de capital valorizados ao justo valor | | | | | |
| Banco Comercial do Atlântico, S.A. | 238.746 | 5,40% | 246.337 | 7.591 | (10.011) |
| Visa International Service Association | 1.323 | n.d. | 16.143 | 14.820 | - |
| | 240.069 | | 262.480 | 22.411 | (10.011) |
| Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico | | | | | |
| A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L. | 15.307 | 3,79% | 15.307 | - | (1.880) |
| Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A. | 10.095 | 0,65% | 10.095 | - | - |
| Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, S.A. | 5.250 | 17,50% | 5.250 | - | - |
| | 30.652 | | 30.652 | - | (1.880) |
| | 270.721 | | 293.132 | 22.411 | (11.891) |

n.d. - não disponível

Banco Comercial do Atlântico, S.A.

As ações do Banco Comercial do Atlântico, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efetuada por uma entidade externa.

A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.

O Banco manteve a participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, S.A.

No exercício de 2015, o Banco alienou ao Banco Comercial do Atlântico,S.A. a sua participação na Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, S.A. por mCve. 6.385, tendo registado uma mais valia de mCve. 1.135.

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

No exercício de 2014, o Banco alienou a sua participação na Garantia – Companhia de

Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. pelo montante total de mCve. 54.709, tendo utilizado a imparidade registada e registado uma mais valia de mCve. 2.857 na rubrica "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda".

## 6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Aplicações de crédito no país: | | |
| . No Banco de Cabo Verde: | | |
| - Títulos de intervenção monetária | 100.000 | 75.000 |
| - Títulos de regularização monetária | 150.000 | 125.000 |
| - Aplicações a muito curto prazo | 1.800.000 | 1.200.000 |
| | 2.050.000 | 1.400.000 |
| Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro | | |
| . Na Caixa Geral de Depósitos: | | |
| - Depósitos | 2.546.173 | 1.063.254 |
| No Ecobank: | | |
| - Depósitos | 330.795 | - |
| . Outras instituições de crédito | 20.310 | 18.199 |
| | 2.897.278 | 1.081.453 |
| Juros a receber | 5.667 | 3.046 |
| Proveitos diferidos | (63) | (77) |
| | 4.952.882 | 2.484.422 |

## 7. TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Obrigações do Tesouro | | |
| Valor Nominal | 2.315.963 | 2.366.862 |
| Juros a receber | 40.746 | 40.940 |
| | 2.356.709 | 2.407.802 |

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) a), estes títulos encontram-se registados ao custo amortizado.

O valor nominal das Obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascendia, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a mCve. 102.000. (Nota 16).

## 8. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Crédito interno a curto prazo: | | |
| . Descobertos em depósitos à ordem | 317.014 | 490.063 |
| . Empréstimos | 38.252 | 33.855 |
| . Descontos comerciais | 32.100 | 22.743 |
| . Outros créditos | 98.923 | 99.018 |
| Crédito interno a médio e longo prazo: | | |
| . Empréstimos | 7.499.998 | 7.151.704 |
| . Créditos em conta corrente | 1.725.377 | 1.169.094 |
| Crédito externo a curto prazo: | | |
| . Habitação | - | 8.500 |
| . Descobertos em depósitos à ordem | 3.609 | 1.814 |
| . Outros créditos | 2.215 | 3.892 |
| Crédito externo a médio e longo prazo: | | |
| . Empréstimos | 427.504 | 356.427 |
| . Créditos em conta corrente | 144.374 | 203.447 |
| Crédito ao pessoal | 340.527 | 308.327 |
| Outros créditos e valores a receber - titulados | 498.277 | 675.611 |
| | 11.128.170 | 10.524.495 |
| Juros a receber | 37.105 | 87.180 |
| Comissões e outros proveitos diferidos | (112.144) | (113.356) |
| Custos diferidos | 426 | 427 |
| Créditos e juros vencidos | 3.322.832 | 3.698.956 |
| | 14.376.389 | 14.197.702 |
| Imparidade de crédito a clientes (Nota 18) | (1.393.527) | (1.390.712) |
| | 12.982.862 | 12.806.990 |

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os empréstimos aos colaboradores são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Outros créditos e valores a receber – titulados" reflecte o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber" (Nota 2.2. c)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

| Título | 2015 | 2014 | Maturidade |
|---|---|---|---|
| Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B | 155.700 | 155.700 | 6/14/2017 |
| Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D | 136.099 | 136.099 | 7/27/2020 |
| Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C | 32.199 | 32.199 | 6/14/2027 |
| IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie C | 55.058 | 55.058 | 1/6/2019 |
| IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie F Tranche I | 30.000 | - | 9/14/2022 |
| IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie F Tranche II | 25.000 | - | 10/14/2022 |
| ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. Serie B | 29.968 | 29.968 | 10/11/2017 |
| Cabo Verde Fast Ferry, S.A. | 19.996 | 19.996 | 7/31/2019 |
| Câmara Municipal do Sal | 10.000 | 11.000 | 7/15/2025 |
| Banco Comercial do Atlântico, S.A. | 2.667 | 4.001 | 12/20/2017 |
| Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda. | 666 | 666 | 2/18/2017 |
| Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. Serie G | - | 200.000 | 8/6/2015 |
| IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie B | - | 30.000 | 9/14/2015 |
| | 497.353 | 674.687 | |
| Prémio de emissão | 924 | 924 | |
| | 498.277 | 675.611 | |

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L., IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. e Câmara Municipal do Sal, têm aval do Estado de Cabo Verde.

Em 31 de dezembro de 2014, as obrigações emitidas pela Tecnicil – Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. encontravam-se em incumprimento com o pagamento de juros, ascendendo os juros vencidos a mCve. 46.198. No início do exercício de 2015 foi acordada a dação em

cumprimento deste crédito titulado através da entrega de um lote de terreno de 40.923 metros quadrados sito em Cova Minhoto, cidade da Praia, ilha de Santiago (Nota 9).

No exercício de 2015, as obrigações da IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche B foram reembolsadas, tendo ocorrido a emissão de novas obrigações dividas em duas tranches no montante de mCve. 30.000 e de mCve. 25.000 e com maturidade em setembro e outubro de 2022, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber – titulados" e juros corridos associados, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

| | 12/31/2015 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sector Público Administrativo e Empresas Públicas | | | Empresas privadas e particulares | | | Total | | |
| | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total |
| Empresas | | | | | | | | | |
| Agricultura, produção animal, caça e silvicultura | - | - | - | 22.581 | - | 22.581 | 22.581 | - | 22.581 |
| Pesca | - | - | - | 453 | 895 | 1.348 | 453 | 895 | 1.348 |
| Indústrias extractivas | - | - | - | 2.743 | - | 2.743 | 2.743 | - | 2.743 |
| Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos | - | - | - | 2.743 | - | 2.743 | 2.743 | - | 2.743 |
| Indústrias transformadoras | - | - | - | 763.153 | 164.242 | 927.395 | 763.153 | 164.242 | 927.395 |
| Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco | - | - | - | 321.680 | 16.186 | 337.866 | 321.680 | 16.186 | 337.866 |
| Indústria têxtil | - | - | - | 2.466 | - | 2.466 | 2.466 | - | 2.466 |
| Indústria do couro e de produtos de couro | - | - | - | 26.959 | - | 26.959 | 26.959 | - | 26.959 |
| Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras | - | - | - | 44.332 | 870 | 45.202 | 44.332 | 870 | 45.202 |
| Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão | - | - | - | 4.556 | 118.852 | 123.408 | 4.556 | 118.852 | 123.408 |
| Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais | - | - | - | 257.570 | 182 | 257.752 | 257.570 | 182 | 257.752 |
| Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos | - | - | - | 28.333 | - | 28.333 | 28.333 | - | 28.333 |
| Fabrico de mobiliário e de colchões | - | - | - | 5.407 | - | 5.407 | 5.407 | - | 5.407 |
| Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica | - | - | - | 234 | - | 234 | 234 | - | 234 |
| Outras indústrias transformadoras | - | - | - | 71.617 | 28.151 | 99.768 | 71.617 | 28.151 | 99.768 |
| Construção | 15.554 | 33.703 | 49.258 | 1.130.060 | 122.775 | 1.252.835 | 1.145.614 | 156.478 | 1.302.092 |
| Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest. | - | - | - | 593.082 | 206.804 | 799.886 | 593.082 | 206.804 | 799.886 |
| Transportes, armazenagem e comunicações | 15.618 | - | 15.618 | 295.449 | 520.291 | 815.740 | 311.067 | 520.291 | 831.358 |
| Alojamento e restauração (restaurantes e similares) | - | - | - | 1.230.649 | 468.473 | 1.699.122 | 1.230.649 | 468.473 | 1.699.122 |
| Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas | 228.020 | 12 | 228.032 | 1.752.786 | 1.289.669 | 3.042.455 | 1.980.806 | 1.289.681 | 3.270.487 |
| Actividades imobiliárias | - | - | - | 978.598 | 798.027 | 1.776.625 | 978.598 | 798.027 | 1.776.625 |
| Outras actividades | 228.020 | 12 | 228.032 | 774.188 | 491.642 | 1.265.830 | 1.002.208 | 491.654 | 1.493.862 |
| Educação | - | - | - | 166.377 | - | 166.377 | 166.377 | - | 166.377 |
| Saúde e segurança social | - | - | - | 166.682 | 708 | 167.390 | 166.682 | 708 | 167.390 |
| Famílias com empregados domésticos | - | - | - | 6.882 | - | 6.882 | 6.882 | - | 6.882 |
| | 259.192 | 33.715 | 292.908 | 6.130.897 | 2.773.857 | 8.904.754 | 6.390.089 | 2.807.572 | 9.197.661 |
| Particulares | | | | | | | | | |
| Habitação | - | - | - | 2.671.297 | 235.895 | 2.907.192 | 2.671.297 | 235.895 | 2.907.192 |
| Outros fins | - | - | - | 1.568.507 | 279.365 | 1.847.872 | 1.568.507 | 279.365 | 1.847.872 |
| | - | - | - | 4.239.804 | 515.260 | 4.755.064 | 4.239.804 | 515.260 | 4.755.064 |
| | 259.192 | 33.715 | 292.908 | 10.370.701 | 3.289.117 | 13.659.818 | 10.629.893 | 3.322.832 | 13.952.725 |

| | 12/31/2014 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sector Público Administrativo e Empresas Públicas | | | Empresas privadas e particulares | | | Total | | |
| | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total |
| Empresas | | | | | | | | | |
| Agricultura, produção animal, caça e silvicultura | - | - | - | 24.231 | 820 | 25.051 | 24.231 | 820 | 25.051 |
| Pesca | - | - | - | 1.963 | 912 | 2.875 | 1.963 | 912 | 2.875 |
| Indústrias extractivas | - | - | - | 3.309 | - | 3.309 | 3.309 | - | 3.309 |
| Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos | - | - | - | 3.309 | - | 3.309 | 3.309 | - | 3.309 |
| Indústrias transformadoras | - | - | - | 482.581 | 50.446 | 533.027 | 482.581 | 50.446 | 533.027 |
| Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco | - | - | - | 205.571 | 17.177 | 222.748 | 205.571 | 17.177 | 222.748 |
| Indústria têxtil | - | - | - | 1.811 | - | 1.811 | 1.811 | - | 1.811 |
| Indústria do couro e de produtos de couro | - | - | - | 24.970 | - | 24.970 | 24.970 | - | 24.970 |
| Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras | - | - | - | 27.785 | 869 | 28.654 | 27.785 | 869 | 28.654 |
| Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão | - | - | - | 116.840 | 3.467 | 120.307 | 116.840 | 3.467 | 120.307 |
| Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais | - | - | - | - | 181 | 181 | - | 181 | 181 |
| Fabrico de mobiliário e de colchões | - | - | - | 2.831 | - | 2.831 | 2.831 | - | 2.831 |
| Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica | - | - | - | 610 | - | 610 | 610 | - | 610 |
| Outras indústrias transformadoras | - | - | - | 102.162 | 28.752 | 130.914 | 102.162 | 28.752 | 130.914 |
| Construção | 15.554 | 33.703 | 49.258 | 1.157.088 | 223.217 | 1.380.305 | 1.172.642 | 256.920 | 1.429.562 |
| Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest. | - | - | - | 464.319 | 235.452 | 699.771 | 464.319 | 235.452 | 699.771 |
| Transportes, armazenagem e comunicações | 114.307 | - | 114.307 | 549.659 | 719.139 | 1.268.798 | 663.965 | 719.139 | 1.383.104 |
| Alojamento e restauração (restaurantes e similares) | - | - | - | 919.711 | 543.955 | 1.463.666 | 919.711 | 543.955 | 1.463.666 |
| Atividades de informação e de comunicação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas | 152.912 | 46.012 | 198.924 | 1.564.066 | 1.217.686 | 2.781.752 | 1.716.978 | 1.263.698 | 2.980.676 |
| Actividades imobiliárias | - | - | - | 760.764 | 803.060 | 1.563.824 | 760.764 | 803.060 | 1.563.824 |
| Outras actividades | 152.912 | 46.012 | 198.924 | 803.302 | 414.626 | 1.217.928 | 956.214 | 460.638 | 1.416.852 |
| Educação | - | - | - | 171.072 | - | 171.072 | 171.072 | - | 171.072 |
| Saúde e segurança social | - | - | - | 174.628 | 702 | 175.330 | 174.628 | 702 | 175.330 |
| Famílias com empregados domésticos | - | - | - | 9.544 | 4.149 | 13.693 | 9.544 | 4.149 | 13.693 |
| | 282.773 | 79.715 | 362.489 | 5.522.171 | 2.996.478 | 8.518.649 | 5.804.943 | 3.076.193 | 8.881.136 |
| Particulares | | | | | | | | | |
| Habitação | - | - | - | 2.620.611 | 262.247 | 2.882.858 | 2.620.611 | 262.247 | 2.882.858 |
| Outros fins | - | - | - | 1.423.330 | 360.515 | 1.783.845 | 1.423.330 | 360.515 | 1.783.845 |
| | - | - | - | 4.043.941 | 622.762 | 4.666.703 | 4.043.941 | 622.762 | 4.666.703 |
| | 282.773 | 79.715 | 362.489 | 9.566.112 | 3.619.240 | 13.185.352 | 9.848.884 | 3.698.955 | 13.547.839 |

## 9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O movimento ocorrido nas rubricas de "Ativos não correntes detidos para venda" durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

| | 2015 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31-12-2014 | | Recuperações | Alienações | Perdas por imparidade, líquidas (Nota 18) | Saldo em 31-12-2015 | |
| | Valor bruto | Imparidade | | | | Valor bruto | Imparidade |
| Terrenos | 132 639 | (10 567) | 251 363 | - | (12 858) | 384 002 | (23 425) |
| Edificios habitacionais | 47 301 | (3 535) | - | - | (3 104) | 47 302 | (6 639) |
| Outros edificios | - | - | 192 621 | - | (61 668) | 192 621 | (61 669) |
| | 179 940 | (14 102) | 443 985 | - | (77 631) | 623 925 | (91 734) |

| | 2014 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31-12-2013 | | Recuperações | Alienações | Perdas por imparidade, líquidas (Nota 18) | Saldo em 31-12-2014 | |
| | Valor bruto | Imparidade | | | | Valor bruto | Imparidade |
| Terrenos | - | - | 132 639 | - | (10 567) | 132 639 | (10 567) |
| Edificios habitacionais | 11 111 | - | 47 301 | (11 111) | (3 535) | 47 301 | (3 535) |
| | 11 111 | - | 179 940 | (11 111) | (14 102) | 179 940 | (14 102) |

Nos exercícios de 2015 e 2014 foram recuperados por via judicial ou recebidos em dação em cumprimento imóveis nos montantes de mCve. 443.985 e mCve. 179.940, respectivamente. Em 2015, as recuperações incluem imóveis no valor de mCve. 251.367 recebidos no âmbito de dação em cumprimento relativa a obrigações emitidas pela Tecnicil (Nota 8). No exercício de 2014 foram alienados dois imóveis, tendo gerado menos-valias de mCve. 923 registadas na rubrica "Outros resultados de exploração".

A imparidade registada é determinada tendo em conta as avaliações dos imóveis e as perspetivas de recuperação do Banco.

Adicionalmente, com referência a 31 de dezembro de 2014 foi constituída uma provisão para o imóvel denominado "Habitação na Praia" uma vez que se encontra a decorrer um processo judicial onde foi solicitada a nulidade do acordo de dação em cumprimento. Em virtude da inexistência de jurisprudência relativamente à situações de natureza idêntica foi entendimento do Conselho de Administração do Banco proceder à constituição de uma provisão de 50% do valor do imóvel líquido de imparidade, no montante de mCve. 5.733.

## 10. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros ativos tangíveis" durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

| | 2015 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos em 31-12-2014 | | | | | |
| Descrição | Valor bruto | Imparidade e amortizações acumuladas | Adições | Abates líquidos | Imparidade e amortizações do exercício | Valor líquido em 31/12/15 |
| Imóveis de serviço próprio | | | | | | |
| . Terrenos | 41 594 | - | - | - | - | 41 594 |
| . Edifícios | 148 954 | (52 647) | - | - | 11 114 | 107 421 |
| Obras em imóveis arrendados | 263 382 | (215 494) | 2 539 | (266) | (12 111) | 38 050 |
| | 453 930 | (268 141) | 2 539 | (266) | (997) | 187 065 |
| Equipamento | | | | | | |
| . Mobiliário e material | 48 214 | (33 287) | 1 036 | - | (3 081) | 12 882 |
| . Máquinas e ferramentas | 27 001 | (22 388) | 990 | - | (1 685) | 3 918 |
| . Equipamento informático | 258 303 | (246 564) | 32 886 | (12) | (12 928) | 31 685 |
| . Instalações interiores | 14 747 | (12 413) | 1 355 | - | (851) | 2 838 |
| . Material de transporte | 79 569 | (56 966) | 10 000 | (2 208) | (9 902) | 20 493 |
| . Equipamento de segurança | 13 950 | (12 181) | 4 312 | - | (1 070) | 5 011 |
| . Outro equipamento | 46 954 | (29 508) | 4 353 | - | (5 927) | 15 872 |
| Outros ativos tangíveis | 157 | (133) | - | - | (16) | 8 |
| | 488 895 | (413 440) | 54 932 | (2 220) | (35 460) | 92 707 |
| Ativos tangíveis em curso | | | | | | |
| . De serviço próprio | 2 145 | - | - | - | - | 2 145 |
| . Despesas em edifícios arrendados | 13 786 | - | - | - | - | 13 786 |
| . Equipamento | 8 235 | (3 929) | 11 840 | - | - | 16 146 |
| | 24 166 | (3 929) | 11 840 | - | - | 32 077 |
| | 966 991 | (685 510) | 69 311 | (2 486) | (36 457) | 311 849 |

| Descrição | 2014 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos em 31-12-2013 | | | | | |
| | Valor bruto | Imparidade e amortizações acumuladas | Adições | Abates líquidos | Amortizações do exercício | Valor líquido em 31/12/14 |
| Imóveis de serviço próprio | | | | | | |
| . Terrenos | 41 594 | - | - | - | - | 41 594 |
| . Edifícios | 147 469 | (50 020) | 1 485 | - | (2 628) | 96 306 |
| Obras em imóveis arrendados | 263 382 | (201 919) | - | - | (13 577) | 47 886 |
| | 452 445 | (251 939) | 1 485 | - | (16 205) | 185 786 |
| Equipamento | | | | | | |
| . Mobiliário e material | 47 503 | (30 494) | 571 | - | (2 792) | 14 788 |
| . Máquinas e ferramentas | 25 472 | (20 510) | 1 669 | - | (1 877) | 4 754 |
| . Equipamento informático | 254 178 | (235 121) | 5 465 | (55) | (12 729) | 11 738 |
| . Instalações interiores | 14 393 | (11 593) | 354 | - | (819) | 2 335 |
| . Material de transporte | 70 219 | (47 486) | 9 350 | - | (9 480) | 22 603 |
| . Equipamento de segurança | 13 814 | (10 996) | 137 | - | (1 185) | 1 770 |
| . Outro equipamento | 40 561 | (24 312) | 6 394 | - | (5 196) | 17 447 |
| Outros ativos tangíveis | 157 | (117) | - | - | (16) | 24 |
| | 466 297 | (380 629) | 23 940 | (55) | (34 094) | 75 459 |
| Ativos tangíveis em curso | | | | | | |
| . De serviço próprio | 2 145 | - | - | - | - | 2 145 |
| . Despesas em edifícios arrendados | - | - | 13 786 | - | - | 13 786 |
| . Equipamento | 3 929 | (3 929) | 4 305 | - | - | 4 305 |
| | 6 074 | (3 929) | 18 091 | - | - | 20 236 |
| | 924 816 | (636 497) | 43 516 | (55) | (50 299) | 281 481 |

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Ativos tangíveis em curso" inclui mCve. 3.929, referentes à aquisição de um equipamento tipo "Quiosque" ATM com acesso ao site do Banco. No entanto, o projecto não foi concluído devido a dificuldades financeiras da empresa fornecedora do equipamento pelo que o Banco registou uma imparidade para a totalidade do montante (Nota 18).

O Banco tinha registada imparidade para um imóvel de serviço próprio no montante de mCve. 13.744. Em 31 de dezembro de 2015, o Banco reverteu esta imparidade, face a uma análise de rendibilidade da unidade orgânica correspondente (Nota 18).

## 11. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos "Ativos intangíveis" nos exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

| Descrição | Saldos em 31-12-2013 | | Adições | Amortizações do exercício | Saldos em 31-12-2014 | | Adições | Amortizações do exercício | Saldos em 31-12-2015 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor bruto | Amortizações acumuladas | | | Valor bruto | Amortizações acumuladas | | | Valor bruto | Amortizações acumuladas |
| Software | 82 474 | (80 661) | 4 807 | (1 078) | 87 281 | (81 739) | 11 162 | (1 130) | 98 443 | (82 869) |

## 12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | | | 2015 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Entidade | % de participação | Custo de aquisição | Valor de balanço | Data | Ativo líquido | Lucro / (Prejuízo) | Capitais Próprios |
| SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L. | 10% | 10 000 | 61 086 | 31-12-2015 (*) | 874 956 | 139 921 | 610 857 |
| CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A. | 15% | 15 000 | 12 443 | 31-12-2015 (*) | 83 839 | (5 999) | 82 955 |
| | | | 73 529 | | | | |

| | | | 2014 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Entidade | % de participação | Custo de aquisição | Valor de balanço | Data | Ativo líquido | Lucro / (Prejuízo) | Capitais Próprios |
| SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L. | 10% | 10 000 | 58 361 | 31-12-2014 (*) | 830 740 | 160 368 | 583 607 |
| CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A. | 15% | 15 000 | 13 313 | 31-12-2014 (*) | 89 337 | (7 209) | 88 758 |
| | | | 71 674 | | | | |

(*) Demonstrações Financeiras provisórias

SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de Direção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.

Nos termos do disposto no Artigo 1º da Portaria n.º 28/2013 de 15 de Maio foi autorizada a constituição da CVGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. (Sociedade) com o capital social de mCve. 100.000. Trata-se de uma sociedade de garantia mútua que tem como objeto social a realização de operações financeiras em benefício de micro, pequenas e médias empresas, com vista a promover e a facilitar o seu acesso ao financiamento, quer junto do sistema financeiro, quer no mercado de capitais. O Banco subscreveu 15.000 ações com um valor de mCve. 15.000, correspondentes a 15% do capital da Sociedade. Nos termos do Acordo Parassocial, os accionistas instituições de crédito da Sociedade, concedem à SPMG – Sociedade de Investimento, S.A. uma opção de venda de ações da Sociedade pelo valor nominal a exercer anualmente com referência a 31 de dezembro. Em 23 de dezembro de 2013, foi apresentado o requerimento ao Banco de Cabo Verde para autorização do início de atividade da Sociedade. Em 18 de Dezembro de 2014 foi emitido pelo Banco de Cabo Verde o certificado de registo n.º 05/2014 e a Sociedade passou a constar do registo das Instituições Financeiras e Auxiliares do Sistema Financeiro. O Banco classificou a participação na CVGARANTE como

Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 15%, dado que o Banco faz parte do órgão de administração, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade da CV Garante, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2015 e 2014 e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco pode ser demonstrado da seguinte forma:

| | SISP | CV GARANTE | Total |
|---|---|---|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 54.250 | 15.000 | 69.250 |
| Resultados em Associadas | 16.030 | (1.686) | 14.344 |
| Dividendos recebidos | (11.920) | - | (11.920) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 58.360 | 13.314 | 71.674 |
| Resultados em Associadas | 13.855 | (871) | 12.984 |
| Dividendos recebidos | (11.129) | - | (11.129) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 61.086 | 12.443 | 73.529 |

## 13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco está sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco estava sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), sendo a taxa agregada de imposto 25,5%.

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2015 e 2014 eram os seguintes:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Ativos por impostos correntes | | |
| . Pagamentos por conta e retenções na fonte | (40 928) | (39 026) |
| Passivos por impostos diferidos | | |
| . Por diferenças temporárias | (6 412) | (5 715) |

O detalhe do movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

| | 2015 | | |
|---|---|---|---|
| | Saldo em 31/12/14 | Variação em Capital Próprio | Saldo em 31/12/15 |
| Movimentos efetuados por reservas | | | |
| Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 21) | (5 715) | (697) | (6 412) |

| | 2014 | | |
|---|---|---|---|
| | Saldo em 31/12/13 | Variação em Capital Próprio | Saldo em 31/12/14 |
| Movimentos efetuados por reservas | | | |
| Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 21) | (5 355) | (360) | (5 715) |

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser demonstrada como se segue:

| | 2015 | | 2014 | |
|---|---|---|---|---|
| | Taxa | Imposto | Taxa | Imposto |
| Resultado antes de impostos | | 7 889 | | 10 474 |
| Imposto apurado com base na taxa nominal | 25,5% | 2 012 | 25,5% | 2 671 |
| Benefícios fiscais: | | | | |
| . Rendimentos de títulos da Dívida Pública colocados em mercado secundário | (19%) | (1 502) | (35,8%) | (3 753) |
| . Rendimento de obrigações admitidas à cotação | (93,6) | (7 387) | (73,4%) | (7 692) |
| . Dividendos | - | - | (3,5%) | (370) |
| Encargos não aceites fiscalmente | 22,4% | 1 764 | 21,2% | 2 222 |
| Rendimento de obrigações admitidas à cotação | 18,4% | 1 448 | 25,9% | 2 714 |
| Tributação autonoma | 29,5% | 2 326 | 0,0% | - |
| Outros | 46,5% | 3 665 | 192,2% | 4 208 |
| | 29,5% | 2 326 | 0,0% | - |

Em 1 de janeiro de 2015 entrou em vigor o Código do IRPC que incorpora um conjunto de alterações face ao Imposto Único sobre o Rendimento que estava anteriormente em vigor, incluindo no que respeita à dedutibilidade de custos com imparidade de crédito. Na preparação da estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à matéria acima indicada e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco ainda mantém prejuízos fiscais reportáveis não utilizados no montante de mCve. 48.000, relativamente aos quais não registou ativos por impostos diferidos no montante de mCve. 12.000.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei nº 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2015.

## 14. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Devedores e outras aplicações | | |
| . Valores a receber dos Correios de Cabo Verde | 12 409 | 12 409 |
| . Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde | 12 648 | 8 446 |
| . Valores a receber do Grupo | - | 236 |
| . Outros | 55 486 | 30 187 |
| Outros ativos | | |
| . Património artístico | 1 756 | 606 |
| Rendimentos a receber | | |
| . Outros | 3 142 | 2 766 |
| Despesas com encargo diferido | | |
| . Outros gastos administrativos | 19 308 | 12 549 |
| Outras contas de regularização | 8 136 | 10 094 |
| | 112 885 | 77 293 |
| Imparidade de outros activos (Nota 18) | (15 789) | (15 717) |
| | 97 096 | 61 576 |

## 15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Recursos de instituições de crédito nacionais | | |
| . Empréstimos de empresas seguradoras | | |
| Garantia Companhia Seg Cabo Verde, S.A. | 298 088 | 210 509 |
| Protege Corretora Seguros | 7 137 | 6 912 |
| Impar - Comp. Caboverdiana de Seguros SARL | - | 4 270 |
| . Ecobank Cabo Verde Soc. Unip. SA | - | 16 411 |
| . Outros | - | 22 |
| | 305 225 | 238 124 |
| Recursos de instituições de crédito no estrangeiro | | |
| . Descobertos em depósitos à ordem: | | |
| ECV - Serviços Financeiros, S.A. | 27 056 | 1 |
| . Empréstimos | | |
| Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) - Euros | 54 545 | 65 455 |
| Caixa Geral de Depósitos - Euros | 27 631 | 6 223 |
| | 82 176 | 71 678 |
| Juros a pagar | 5 957 | 4 632 |
| | 420 414 | 314 435 |

Em 14 de outubro de 2005, o Banco, o Banco Comercial do Atlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 euros, para apoio

a projetos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 30 de abril de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa fixa de 3,36%. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco tinha esta linha utilizada em 494.672 euros e 593.615 euros (mCve. 54.545 e mCve. 65.455, respetivamente).

Em 14 de outubro de 2005, o Banco contraiu uma linha de crédito junto da Caixa Geral de Depósitos no montante máximo de 5.000.000 euros (mCve. 551.325), pelo prazo de um ano, renovável por períodos iguais. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a linha de crédito encontrava-se utilizada em mCve. 27.631 e mCve. 6.223, respetivamente.

## 16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Depósitos de poupança: | | |
| . Poupança jovem | 149 427 | 136 536 |
| Depósitos à ordem | | |
| . De residentes | 6 396 726 | 5 609 370 |
| . De não residentes | 1 420 346 | 1 291 142 |
| . De emigrantes | 601 643 | 532 118 |
| | 8 418 715 | 7 432 630 |
| Depósitos a prazo | | |
| . De residentes | 7 608 397 | 6 938 438 |
| . De emigrantes | 3 581 745 | 3 269 927 |
| . De não residentes | 2 047 633 | 2 610 566 |
| | 13 237 775 | 12 818 931 |
| Operações de venda com acordo de recompra (Nota 7) | | |
| . Obrigações do Tesouro | 102 000 | 102 000 |
| Outros débitos | | |
| . Cheques e ordens a pagar | 7 216 | 77 590 |
| | 21 915 133 | 20 567 687 |
| Juros a pagar | 214 420 | 228 424 |
| | 22 129 553 | 20 796 111 |

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os depósitos à ordem não são remunerados, com exceção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

## 17. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício de 2008, o Banco emitiu um empréstimo obrigacionista de 100.000 obrigações com um valor nominal de 5.000 Escudos de Cabo Verde cada. Nos termos das condições definidas na emissão, o empréstimo tinha um prazo de 6 anos e vencia juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,9%. O reembolso seria realizado de uma só vez na data de vencimento (8 de julho de 2014). Contudo, existe a opção de reembolso antecipado um ano após a data de emissão, e a partir dessa data de seis em seis meses, mediante o pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

Em 30 de julho de 2009, o Banco anunciou junto da Bolsa de Valores de Cabo Verde, as seguintes alterações relativas ao empréstimo obrigacionista:

Alteração da taxa de juro a partir do 3º cupão (inclusive):

- taxa de juro de 6% durante 4 anos, com início em 8 de Julho de 2009;
- taxa de juro igual à taxa de juro da última emissão de Obrigações do Tesouro a 5 anos realizada antes da data de revisão da taxa de juro (8 de julho de 2013), acrescida de 0,5%, para os últimos 5 anos, com início em 8 de julho de 2013 a 8 de julho de 2018;

Alteração do prazo para 10 anos a partir de julho de 2008, mantendo-se a opção de reembolso antecipado nos termos acima descritos.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os juros a pagar ascendiam a mCve. 15.245. Adicionalmente, nestas datas encontravam-se a ser diferidas comissões no montante de mCve. 331.

## 18. IMPARIDADE

O movimento na imparidade do Banco durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

| | 2015 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Saldos em 31/12/14 | Dotações líquidas em resultados | Utilizações | Saldos em 31/12/15 |
| Imparidade | | | | |
| Imparidade de crédito a clientes (Nota 8) | 1 390 712 | 40 006 | (37 190) | 1 393 528 |
| Imparidade de ativos financeiros financeiros | | | | - |
| disponíveis para venda (Nota 5) | 11 891 | - | - | 11 891 |
| | 1 402 603 | 40 006 | (37 190) | 1 405 419 |
| Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 10) | 17 673 | (13 744) | - | 3 929 |
| Imparidade de outros ativos (Nota 14) | 15 717 | 72 | - | 15 789 |
| Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 9) | 14 102 | 77 632 | - | 91 734 |
| | 47 491 | 63 960 | - | 111 452 |
| | 1 450 094 | 103 966 | (37 190) | 1 516 871 |

| | 2014 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Saldos em 31/12/13 | Dotações líquidas em resultados | Utilizações | Saldos em 31/12/14 |
| Imparidade | | | | |
| Imparidade de crédito a clientes (Nota 8) | 1 388 503 | 24 842 | (22 633) | 1 390 712 |
| Imparidade de ativos financeiros financeiros | | | | - |
| disponíveis para venda (Nota 5) | 40 082 | - | (28 191) | 11 891 |
| | 1 428 585 | 24 842 | (50 824) | 1 402 603 |
| Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 10) | 17 672 | - | - | 17 672 |
| Imparidade de outros ativos (Nota 14) | 14 518 | 1 199 | - | 15 717 |
| Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 9) | - | 14 102 | - | 14 102 |
| | 32 190 | 15 301 | - | 47 491 |
| | 1 460 775 | 40 143 | (50 824) | 1 450 094 |

Por instruções do Banco de Cabo Verde, o Banco Interatlântico apresenta a seguinte menção:
O Banco Interatlântico apresenta um diferencial entre provisões e imparidades que, por determinação do Banco de Cabo Verde, deve ser eliminado num prazo de até 6 anos, sendo que o primeiro desses anos é 2015.
A 31 de Dezembro de 2015 este diferencial situava-se em c. 235 mil contos. Em 31 de Dezembro de 2014 o diferencial era de c. 335 mil contos.
Até que esta diferença seja eliminada, determina o Banco de Cabo Verde que o Banco Interatlântico não poderá distribuir dividendos aos seus accionistas ou atribuir bónus aos seus gestores.

## 19. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Credores diversos | | |
| Credores diversos - Por valores a liquidar | 4 527 | 39 732 |
| Sector Público Administrativo | | |
| . Retenção de impostos na fonte | 16 526 | 14 648 |
| . Previdência social | 2 919 | 2 758 |
| . Imposto sobre o valor acrescentado | 1 245 | 306 |
| Recursos diversos | | |
| . Conta caução | 11 243 | 10 482 |
| Cobrança por conta de terceiros | 234 | 226 |
| Outros | 253 | 253 |
| | 36 947 | 68 405 |
| Encargos a pagar | | |
| Custos administrativos | 15 320 | 39 775 |
| Férias por gozar | 13 707 | 13 313 |
| Subsídio de férias | 4 287 | 3 319 |
| Outras Rendas | 270 | - |
| Assistencia Médica - Consultas | 50 | - |
| | 33 634 | 56 407 |
| Receitas com rendimento diferido | | |
| De operações extrapatrimoniais | 9 693 | 9 570 |
| Anuidades de cartões | 3 749 | 3 695 |
| De créditos documentários | 1 293 | 1 232 |
| Outros | 338 | 338 |
| | 15 073 | 14 835 |
| Outras contas de regularização | | |
| Compensação SISP | 1 212 | 13 896 |
| Compensação - Caução | 19 583 | 5 484 |
| Cartões VISA | 1 620 | 2 465 |
| Cheques devolvidos | 2 242 | 2 242 |
| ATM - Multibanco | 32 620 | - |
| Outros | - | 2 494 |
| | 57 277 | 26 581 |
| | 142 931 | 166 228 |

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Credores diversos – Por valores a liquidar" corresponde a movimentos em trânsito que foram creditados nas contas de clientes no início de 2015 e 2014, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Encargos a pagar – Subsídio de férias" corresponde à provisão para o subsídio de férias relativas ao exercício de 2015 e 2014, dos colaboradores contratados pelo Banco após Agosto de 2009, cujo pagamento apenas irá ocorrer em janeiro de 2016 e 2015, respetivamente.

## 20. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o capital do Banco estava representado por 100.000 ações, com o valor nominal de mCve. 10 cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

| Entidade | Número de ações | % |
|---|---|---|
| Caixa Geral de Depósitos, S.A. | 70 000 | 70,00% |
| Empreitel Figueiredo, S.A.R.L. | 11 687 | 11,69% |
| Adega, S.A.R.L. | 6 732 | 6,73% |
| Sita, S.A.R.L. | 5 447 | 5,45% |
| Outros | 6 134 | 6,13% |
| | 100 000 | 100,00% |

## 21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Prémios de emissão | 388 | 388 |
| Reservas de reavaliação | | |
| . De ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5) | 25 142 | 22 411 |
| . De impostos diferidos (Nota 13) | (6 411) | (5 715) |
| | 18 731 | 16 696 |
| Outras reservas e resultados transitados | | |
| . Reserva legal | 143 963 | 142 916 |
| . Outras reservas | 715 544 | 706 117 |
| . Resultados transitados | (146 396) | (146 396) |
| | 713 111 | 702 637 |
| Lucro do exercício | 5 063 | 10 474 |
| | 737 293 | 730 195 |

Reservas de reavaliação

Refletem as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 62/VIII), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

## 22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Juros de crédito a clientes | | |
| . Crédito interno | 719 412 | 732 402 |
| . Crédito vencido | 136 223 | 77 875 |
| . Crédito ao exterior | 51 472 | 47 274 |
| . Crédito ao pessoal | 9 175 | 9 472 |
| . Outros créditos e valores a receber - titulados | | |
| Títulos de dívida | | |
| De emissores públicos nacionais | | |
| . Obrigações do Tesouro | 134 366 | 110 202 |
| . Bilhetes do Tesouro | 2 473 | 3 057 |
| De outros residentes | 32 540 | 50 509 |
| Juros de aplicações em instituições de crédito | | |
| . No país | 4 898 | 8 546 |
| . No estrangeiro | 12 935 | 3 110 |
| Juros de disponibilidades | - | 2 |
| Comissões recebidas associadas ao custo amortizado | 43 742 | 44 672 |
| | 1 147 236 | 1 087 121 |

Nos exercícios de 2015 e 2014, os juros de Obrigações do Tesouro colocados no mercado secundário ascenderam a mCve. 5.892 e mCve. 14.716, respetivamente (Nota 23).
Nos exercícios de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Juros de crédito a clientes – crédito vencido" inclui essencialmente o recebimento de juros anulados em exercícios anteriores.

## 23. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Juros de depósitos | | |
| . Depósitos de poupança | | |
| Poupança Jovem | 5 885 | 5 171 |
| . Depósitos à ordem | | |
| De residentes | 23 269 | 23 663 |
| De não residentes | - | 113 |
| . Depósitos a prazo | | |
| De residentes | 313 842 | 349 289 |
| De emigrantes | 178 090 | 163 608 |
| De não residentes | 100 841 | 109 276 |
| | - | |
| Juros de passivos subordinados | 31 875 | 32 793 |
| | | |
| Juros de empréstimos | | |
| . De residentes | 11 588 | 9 655 |
| . De não residentes | 2 429 | 3 004 |
| Juros de credores e outros recursos | | |
| . Operações de venda com acordo de recompra (Nota 22) | | |
| Obrigações do Tesouro | 5 892 | 14 716 |
| Outros juros e encargos similares | 7 186 | 11 386 |
| Comissões pagas associadas ao custo amortizado | - | 51 |
| | 680 897 | 722 726 |

## 24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Rendimentos de activos disponíveis para venda: | | |
| Emitidos por residentes | | |
| . Banco Comercial do Atlântico, S.A. | 4 012 | - |
| . Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A. | 971 | 971 |
| . VISA International Service Association | 91 | 61 |
| | 5 074 | 1 032 |

## 25. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Rendimentos de serviços e comissões | | |
| Por operações sobre instrumentos financeiros | 36 648 | 39 032 |
| Por serviços prestados | | |
| . Comissões de anuidades de cartões | 40 157 | 36 092 |
| . Comissões na emissão de cheques | 11 204 | 11 329 |
| | 51 361 | 47 421 |
| Por garantias prestadas | | |
| . Garantias e avales | 34 192 | 38 628 |
| . Créditos documentários | 6 707 | 21 260 |
| | 40 899 | 59 888 |
| Outras comissões | 5 142 | 4 763 |
| | 134 050 | 151 104 |
| Encargos com serviços e comissões | | |
| Por garantias recebidas | | |
| . Créditos documentários abertos | 5 923 | 19 720 |
| Por serviços bancários prestados por terceiros | | |
| . Comissões VISA | 15 751 | 11 491 |
| . Outras comissões | 10 266 | 10 212 |
| | 26 017 | 21 703 |
| | 31 940 | 41 423 |

## 26. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2015 | | | 2014 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Lucros | Prejuízos | Líquido | Lucros | Prejuízos | Líquido |
| Resultados em divisas | 35 166 | (4 501) | 30 665 | 27 895 | (2 891) | 25 004 |
| Resultados em notas e moedas | 20 518 | (5 740) | 14 778 | 18 157 | (2 360) | 15 797 |
| | 55 684 | (10 241) | 45 443 | 46 052 | (5 251) | 40 802 |

## 27. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Nos exercícios de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica corresponde a ganhos e perdas na alienação de outros ativos tangíveis no montante de mCve. 378 e mCve. 976, respetivamente.

## 28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Outros proveitos de exploração | | |
| Prestação de serviços diversos: | | |
| . Taxa de serviço | 34 983 | 35 332 |
| . Cartões de crédito | 18 264 | 23 115 |
| . Outros | 9 344 | 10 298 |
| Reembolso de despesas | 45 | 65 |
| Recuperação de crédito | - | 26 452 |
| Outros | 2 725 | 6 776 |
| | 65 361 | 102 037 |
| Outros custos de exploração | | |
| Outros impostos | (6 012) | (4 659) |
| Donativos e quotizações | (3 326) | (2 431) |
| Outros | (13 968) | (13 913) |
| | (23 306) | (21 003) |
| | 42 055 | 81 034 |

Em 2015 e 2014, a rubrica “Outros custos de exploração – outros” inclui os montantes de mCve. 11.653 e mCve. 11.561, respetivamente, relativos a comissões cobradas pela CGD sobre cada transferência efetuada para o estrangeiro por clientes do Banco. Esta comissão é debitada ao Banco no momento em que a transferência é executada pela CGD, sendo posteriormente cobrada pelo Banco aos respetivos clientes. As comissões cobradas aos clientes são registadas na rubrica “Outros proveitos de exploração – prestação de serviços diversos – outros” e ascendem a mCve. 9.344 e mCve. 10.044 em 2015 e 2014, respetivamente.

Em 2014, a rubrica "Recuperação de crédito", inclui mCve. 22.445 relativos à recuperação do crédito associado a um imóvel recuperado que se encontrava abatido ao ativo com referência a Dezembro de 2013.

## 29. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Remunerações dos empregados | 177 388 | 163 019 |
| Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização | 26 244 | 25 278 |
| Encargos sociais obrigatórios | 23 591 | 21 591 |
| Outros | 5 792 | 5 183 |
| | 233 015 | 215 071 |

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número de efetivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respetivas categorias profissionais, era o seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Direção | 5 | 5 |
| Coordenadores | 8 | 9 |
| Responsáveis / Gerentes | 27 | 29 |
| Administrativos | 84 | 72 |
| Auxiliares | 4 | 4 |
| | 128 | 119 |

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os números apresentados acima incluem 32 e 43, respetivamente, colaboradores com contrato de trabalho a termo certo.

## 30. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Serviços especializados | | |
| . Serviços de informática | 35 857 | 33 910 |
| . Serviços especializados - SISP | 33 192 | 38 375 |
| . Segurança e vigilância | 21 754 | 18 298 |
| . Honorários | 10 485 | 5 939 |
| . Serviços de limpeza | 7 427 | 7 224 |
| . Assessoria | 6 678 | - |
| . Consultoria | 3 500 | - |
| . Serviços de auditoria | 3 417 | 4 504 |
| . Serviços de manutenção | 301 | 897 |
| . Outros serviços especializados | 16 869 | 44 364 |
| Rendas e alugueres | 30 157 | 30 918 |
| Água, energia e combustíveis | 21 278 | 24 255 |
| Publicidade e edição de publicações | 19 919 | 19 466 |
| Comunicações e despesas de expedição | 16 689 | 16 245 |
| Impressos e material de consumo corrente | 13 312 | 12 279 |
| Transportes | 10 202 | 8 774 |
| Seguros | 9 548 | 8 587 |
| Deslocações, estadas e representação | 9 880 | 7 132 |
| Conservação e reparação | 7 278 | 5 434 |
| Formação de pessoal | 760 | 2 372 |
| Outros | 1 315 | 1 306 |
| | 279 818 | 290 279 |

## 31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Passivos eventuais | | |
| . Garantias e avales prestados | 2 635 551 | 3 137 154 |
| . Créditos documentários abertos | 1 120 | 750 296 |
| | 2 636 671 | 3 887 450 |
| Depósito e guarda de valores | 3 487 533 | 3 694 425 |
| | 6 124 204 | 7 581 875 |

## 32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- Negociação e vendas – Compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo "Repo" e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito;
- Banca comercial – Inclui as atividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.
- Banca de retalho - Compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

Com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

| | 2015 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Negociação e vendas | Banca comercial | Banca de retalho | Total |
| Juros e rendimentos similares | 198 264 | 669 267 | 279 705 | 1 147 236 |
| Juros e encargos similares | (53 077) | (305 724) | (322 096) | (680 897) |
| MARGEM FINANCEIRA | 145 187 | 363 543 | (42 391) | 466 339 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 5 074 | - | - | 5 074 |
| Rendimentos com serviços e comissões | 40 505 | 60 486 | 33 059 | 134 050 |
| Encargos com serviços e comissões | (17 852) | (6 861) | (7 227) | (31 940) |
| Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda | 1 135 | - | - | 1 135 |
| Resultados de reavaliação cambial | - | 34 285 | 11 158 | 45 443 |
| Resultados de alienação de outros ativos | 378 | - | - | 378 |
| Outros resultados de exploração | - | 42 055 | - | 42 055 |
| PRODUTO BANCÁRIO | 174 427 | 493 508 | (5 401) | 662 534 |
| Outros custos e proveitos | | | | (657 471) |
| Resultado líquido do exercício | | | | 5 063 |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 2 704 040 | - | - | 2 704 040 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 613 195 | - | - | 613 195 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 278 722 | - | - | 278 722 |
| Aplicações em instituições de crédito | 4 952 882 | - | - | 4 952 882 |
| Títulos de dívida pública | 2 356 709 | - | - | 2 356 709 |
| Crédito a clientes | - | 8 460 059 | 4 522 803 | 12 982 862 |
| Recursos de outras instituições de crédito | 420 414 | - | - | 420 414 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | - | 10 776 239 | 11 353 314 | 22 129 553 |
| Outros passivos subordinados | 514 914 | - | - | 514 914 |

| | 2014 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Negociação e vendas | Banca comercial | Banca de retalho | Total |
| Juros e rendimentos similares | 185 454 | 647 287 | 254 380 | 1 087 121 |
| Juros e encargos similares | (56 888) | (307 701) | (358 136) | (722 725) |
| MARGEM FINANCEIRA | 128 566 | 339 586 | (103 756) | 364 396 |
| | | | | |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 1 032 | - | - | 1 032 |
| Rendimentos com serviços e comissões | 36 325 | 77 985 | 36 704 | 151 014 |
| Encargos com serviços e comissões | (13 811) | (12 760) | (14 852) | (41 423) |
| Resultados de activos financeiros disponíveis para venda | 2 857 | - | - | 2 857 |
| Resultados de reavaliação cambial | - | 30 272 | 10 530 | 40 802 |
| Resultados de alienação de outros activos | (976) | - | - | (976) |
| Outros resultados de exploração | - | 62 850 | 18 184 | 81 034 |
| PRODUTO BANCÁRIO | 153 993 | 497 933 | (53 190) | 598 736 |
| | | | | |
| Outros custos e proveitos | | | | (588 262) |
| | | | | |
| Resultado líquido do exercício | | | | 10 474 |
| | | | | |
| Caixa e disponilbilidades em bancos centrais | 4 038 922 | - | - | 4 038 922 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 888 818 | - | - | 888 818 |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 281 241 | - | - | 281 241 |
| Aplicações em instituições de crédito | 2 484 422 | - | - | 2 484 422 |
| Títulos de dívida pública | 2 407 802 | - | - | 2 407 802 |
| Crédito a clientes | - | 8 607 580 | 4 199 410 | 12 806 990 |
| Recursos de outras instituições de crédito | 314 435 | - | - | 314 435 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | - | 9 610 440 | 11 185 671 | 20 796 111 |
| Outros passivos subordinados | 514 914 | - | - | 514 914 |

## 33. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco todas as entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos e as empresas associadas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos sociais:

| | 2015 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Grupo Caixa Geral de Depósitos | | | | | | |
| | CGD | Sucursal de França | Banco Comercial do Atlântico | Promotora | Promoleasing | Associadas | CV Garante |
| Ativos: | | | | | | | |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 442 600 | 17 848 | 3 521 | - | | - | - |
| Aplicações em instituições de crédito | 2 881 299 | - | - | - | | - | - |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | | | | | | |
| Crédito a clientes | - | - | 246 337 | 15 307 | - | - | - |
| Imparidade | - | - | 2 678 | - | - | - | - |
| Outros ativos | - | - | (10 011) | 1 880 | - | - | - |
| | | | | | | | |
| Passivos: | | | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | - | (27 631) | - | | - | - | - |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | - | - | - | (932) | - | (87 932) | (72 264) |
| Outros passivos subordinados | - | - | - | (28 000) | - | - | - |
| Outros Passivos | - | (90) | - | - | - | (2 781) | - |
| | | | | | | | |
| Extrapatrimoniais: | | | | | | | |
| Garantias prestadas | - | - | - | - | - | - | - |
| | | | | | | | |
| Rendimentos: | | | | | | | |
| Juros e rendimentos similares | - | - | 218 | - | - | - | - |
| Rendimentos de instrumentos de capital | - | - | - | - | - | - | - |
| Rendimentos de serviços e comissões | - | - | - | - | - | 47 260 | - |
| Resultados de activos financeiros disponíveis para venda | - | - | - | - | 1 135 | - | - |
| | | | | | | | |
| Gastos: | | | | | | | |
| Juros e encargos similares | - | (355) | - | - | - | (2 100) | - |
| Encargos com serviços e comissões | - | - | - | - | - | (31 825) | - |
| Gastos gerais administrativos | - | - | - | - | - | (32 154) | - |
| Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações | - | - | (53) | - | - | - | - |

| | 2014 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Grupo Caixa Geral de Depósitos | | | | | | |
| | CGD | Sucursal de França | Banco Comercial do Atlântico | Promotora | Promoleasing | Associadas | CV Garante |
| Ativos: | | | | | | | |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 693 651 | 11 120 | 1 013 | - | - | - | - |
| Aplicações em instituições de crédito | 1 066 300 | - | - | - | - | - | - |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | - | - | 246 337 | 15 307 | 5 250 | - | - |
| Crédito a clientes | - | - | 4 014 | - | - | - | - |
| Imparidade | - | - | (10 011) | (1 880) | - | - | - |
| Outros ativos | 133 | - | 182 | - | - | 77 206 | 13 314 |
| | | | | | | - | |
| Passivos: | | | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | - | (6 223) | - | - | - | - | - |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | - | - | - | (35) | - | (104 981) | (72 895) |
| Outros passivos subordinados | - | - | - | (36 934) | - | - | - |
| Outros Passivos | - | (30) | (20 371) | (1 380) | - | (4 466) | - |
| Extrapatrimoniais: | | | | | | | |
| Garantias prestadas | - | - | - | - | - | 27 163 | - |
| Rendimentos: | | | | | | | |
| Juros e rendimentos similares | 3 107 | - | 290 | - | - | 16 030 | - |
| Rendimentos de serviços e comissões | - | - | - | - | - | 58 935 | - |
| Gastos: | | | | | | | |
| Juros e encargos similares | - | (559) | - | (2 788) | - | (857) | - |
| Encargos com serviços e comissões | - | - | - | - | - | (1 639) | - |
| Gastos gerais administrativos | - | - | - | - | - | (37 131) | - |

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

*Órgãos de gestão*

Em 2015, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Banco ascenderam a mCve. 26.046 (mCve. 23.928 no exercício de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 3.503 e mCve. 2.405, respetivamente.

## 34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

*Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Banco*

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

*Risco cambial*

A existência de paridade fixa entre o Escudo de Cabo Verde e o Euro (110,265/1 Euro), resultante do acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde vigentes e nos que estão em elaboração.

O Banco mantém uma posição cambial neutra em Dólares dos Estados Unidos, e praticamente não tem posição em outras moedas, o que só casuisticamente pode aparecer, em pequenas transações de turismo.

*Risco de liquidez*

A gestão de liquidez do Banco é acompanhada e medida através do cash flow diário, cujas políticas e normas emanam do Comité de Ativos e Passivos e é atualizado sistematicamente durante o dia, para o período mais curto, e com cobertura também para os períodos mais longos. No cash flow leva-se em consideração o saldo não utilizado de créditos aprovados.

Tendo em conta a natureza do mercado cabo-verdiano com um excesso estrutural de liquidez, não sendo o BI exceção, a gestão da liquidez não apresenta riscos significativos.

A carteira de títulos de dívida pública é uma alternativa à aplicação da liquidez do Banco, quer em títulos do Banco de Cabo Verde quer em títulos do Estado de Cabo Verde. Os títulos de dívida pública por sua vez, podem ser repassados ao mercado secundário. Devido à facilidade de compra e venda de moeda estrangeira junto do Banco de Cabo Verde, também é possível aplicar o nosso excedente de liquidez no exterior.

O Banco dispõe ainda de linha de crédito contratada junto da Caixa Geral de Depósitos para fazer face a uma eventual necessidade pontual de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

| | 2015 | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prazos residuais contratuais | | | | | | | | | |
| | Até 1 mês | Até 3 meses | Até 6 meses | Até 1 ano | Até 3 anos | Até 5 anos | Até 10 anos | Mais de 10 anos | Indeterminado | Total |
| Ativos | | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 2 704 040 | - | - | - | - | - | - | - | - | 2 704 040 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 613 195 | - | - | - | - | - | - | - | - | 613 195 |
| Aplicações em instituições de crédito | 2 239 437 | 63 917 | 322 807 | 2 326 721 | - | - | - | - | - | 4 952 882 |
| Títulos de dívida pública | 49 401 | 14 666 | 66 869 | 196 667 | 274 864 | 604 201 | 1 150 041 | - | - | 2 356 709 |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 326 575 | 94 020 | 82 336 | 1 994 034 | 1 211 861 | 2 102 463 | 2 115 072 | 6 450 028 | - | 14 376 389 |
| | 5 932 648 | 172 603 | 472 012 | 4 517 422 | 1 486 725 | 2 706 664 | 3 265 113 | 6 450 028 | - | 25 003 215 |
| Passivos | | | | | | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | (67 319) | (61 363) | (231 262) | (16 523) | (21 818) | (22 129) | - | - | - | (420 414) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (6 618 624) | (1 539 109) | (1 717 463) | (7 137 276) | (5 053 932) | (63 149) | - | - | - | (22 129 553) |
| Outros passivos subordinados | (14 914) | - | - | - | - | - | (500 000) | - | - | (514 914) |
| | (6 700 857) | (1 600 472) | (1 948 725) | (7 153 799) | (5 075 750) | (85 278) | (500 000) | - | - | (23 064 881) |
| Diferencial | (768 209) | (1 427 869) | (1 476 713) | (2 636 377) | (3 589 025) | 2 621 386 | 2 765 113 | 6 450 028 | - | 1 938 334 |

| | 2014 | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prazos residuais contratuais | | | | | | | | | |
| | Até 1 mês | Até 3 meses | Até 6 meses | Até 1 ano | Até 3 anos | Até 5 anos | Até 10 anos | Mais de 10 anos | Indeterminado | Total |
| Ativos | | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 4 038 922 | - | - | - | - | - | - | - | - | 4.038.922 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 888 818 | - | - | - | - | - | - | - | - | 888.818 |
| Aplicações em instituições de crédito | 1 418 122 | 830 | 5.214 | 1.060.256 | - | - | - | - | - | 2.484.422 |
| Títulos de dívida pública | 203.378 | 14.781 | 234.415 | 30 | 561.721 | 505.820 | 887.657 | - | - | 2.407.802 |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 808.906 | 90.481 | 137.022 | 2.045.093 | 565.829 | 1.980.800 | 2.212.537 | 6.357.034 | - | 14.197.702 |
| | 7.357.166 | 106.091 | 376.651 | 3.105.379 | 1.127.550 | 2.486.620 | 3.100.194 | 6.357.034 | - | 24.017.666 |
| Passivos | | | | | | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | (101.762) | (36.302) | (108.983) | (12.470) | (21.818) | (21.818) | (11.282) | - | - | (314.435) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (6.518.892) | (1.626.125) | (3.076.469) | (6.980.760) | (2.181.494) | (412.371) | - | - | - | (20.796.111) |
| Outros passivos subordinados | (14.914) | - | - | - | - | - | (500 000) | - | - | (514 914) |
| | (6.635.568) | (1.662.427) | (3.185.452) | (6.993.230) | (2.203.312) | (434.189) | (511.282) | - | - | (21.625.460) |
| Diferencial | 721.598 | (1.556.336) | (2.808.801) | (3.887.851) | (1.075.762) | 2.052.431 | 2.588.912 | 6.357.034 | - | 2.392.206 |

*Risco de taxa de juro*

A generalidade das operações de crédito contratadas são a taxa fixa, o que implica a existência de risco de taxa de juro, mas que é minimizado pela cobertura natural através das operações passivas, como veremos a seguir.

Assim, quanto aos procedimentos de cobertura deste risco devemos destacar alguns aspetos que o Banco tem implementado:

a base para coberturas ativas a taxa fixa é feita através dos depósitos e não existe qualquer indexante nacional que possa ser utilizado como "referência" dos ativos ou passivos;

os contratos de crédito prevêem possibilidade de alteração de taxas de juro sob certas circunstâncias, o que é aceite juridicamente, e no demais funciona com gestão coerente de ativos e passivos, pelos instrumentos de informações sistemáticas feitas pelo Gabinete de Mercados Financeiros;

realização de emissões de obrigações indexadas à Euribor, que vão permitir uma mitigação de risco de taxas de juros de operações ativas e outras que se encontram no nosso pipe-line, que sendo indexadas à Euribor, encontram a sua cobertura natural nas emissões de obrigações.

aumento das linhas de crédito em Euro, para atingir os nossos objetivos referidas na linha anterior.

*Risco de crédito*

Para monitorizar o risco de crédito foi criado o Gabinete de Gestão de Risco (GGR), o qual é responsável por efetuar a avaliação do risco de crédito, e reporta diretamente ao Presidente do Conselho de Administração.

Tem como principal objetivo, analisar o risco de crédito das empresas, centralizar as informações financeiras das empresas e atualizá-las com regularidade, informar a gestão sobre a qualidade da carteira de crédito das empresas. Por outro lado, centraliza as relações/informações com a Central de Risco do Banco de Cabo Verde. Adicionalmente, é da sua responsabilidade acompanhar a evolução das provisões do Banco e informar a Comissão Executiva, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

O GGR emite pareceres de risco sobre propostas elaboradas e/ou montadas pela área comercial, concretizando assim a separação das duas funções. Além disso faz acompanhamento da carteira de empresas, no sentido de identificar e alertar para potenciais situações de risco.

Ainda na vertente do acompanhamento da carteira de crédito, as áreas comerciais apresentam semanalmente no Comité de Crédito o ponto de situação dos créditos vencidos ou em contencioso, para permitir uma tomada de decisão célere pela Comissão Executiva.

Compete ao Comité de Crédito para além da análise, a aprovação dos créditos:

- análise e acompanhamento da Política de Crédito;
- análise e acompanhamento dos riscos de crédito dos clientes;
- análise e acompanhamento dos créditos vencidos e em contencioso;
- analise e aprovação de novos Produtos, seu preçário e procedimentos.

*Risco de mercado*

A dimensão da Bolsa de Valores de Cabo Verde é reduzida. O Banco tem aplicações em ações e títulos de rendimento fixo.

*Risco de Crédito*

*Exposição máxima a risco de crédito*

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| Títulos de dívida pública | 2 356 709 | 2 407 802 |
| Aplicações em instituições de crédito | 4 952 882 | 2 484 422 |
| Crédito a clientes | 12 983 361 | 12 806 990 |
| | 17 936 243 | 15 291 412 |
| Garantias e avales | 2 635 551 | 3 137 154 |
| Créditos documentários abertos | 1 120 | 750 296 |
| | 2 636 671 | 3 887 450 |
| Exposição máxima | 22 929 623 | 21 586 664 |

*Qualidade de crédito concedido a clientes*

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

| | 2015 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Créditos sem incumprimento | Créditos com incumprimento | Créditos em "Default" | Total |
| Crédito a empresas | | | | |
| Vincendo | 6 002 851 | 41 960 | 771 552 | 6 816 363 |
| Vencido | 205 | 4 484 | 2 068 032 | 2 072 721 |
| | 6 003 056 | 46 444 | 2 839 584 | 8 889 084 |
| Crédito à habitação | | | | |
| Vincendo | 2 666 785 | 4 661 | 182 450 | 2 853 896 |
| Vencido | - | 91 | 70 479 | 70 570 |
| | 2 666 785 | 4 752 | 252 929 | 2 924 466 |
| Outros créditos | | | | |
| Vincendo | 1 481 077 | 21 674 | 196 282 | 1 699 033 |
| Vencido | 5 487 | 3 855 | 153 775 | 163 117 |
| | 1 486 564 | 25 529 | 350 057 | 1 862 150 |
| Crédito ao Setor Público | | | | |
| Vincendo | 243 309 | - | - | 243 309 |
| Vencido | - | - | 33 715 | 33 715 |
| | 243 309 | - | 33 715 | 277 024 |
| Total crédito vincendo | 10 394 022 | 68 295 | 1 150 284 | 11 612 601 |
| Total crédito vencido | 5 692 | 8 430 | 2 326 001 | 2 340 123 |
| Total de crédito | 10 399 714 | 76 725 | 3 476 285 | 13 952 724 |
| Extrapatrimoniais Garantias e créditos documentários a empresas | | | | |
| Vincendo | 2 635 550 | - | - | 2 635 550 |
| Extrapatrimoniais Garantias e créditos documentários a Setor Público | | | | |
| Vincendo | - | 1 121 | - | 1 121 |
| Total de extrapatrimoniais | 2 635 550 | 1 121 | - | 2 636 671 |

| | 2014 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Créditos sem incumprimento | Créditos com incumprimento | Créditos em "Default" | Total |
| Crédito a empresas | | | | |
| Vincendo | 5 231 076 | 16 597 | 1 191 472 | 6 439 145 |
| Vencido | 453 | 1 189 | 2 192 291 | 2 193 933 |
| | 5 231 529 | 17 786 | 3 383 763 | 8 633 078 |
| Crédito à habitação | | | | |
| Vincendo | 2 550 610 | 38 117 | 242 138 | 2 830 865 |
| Vencido | - | 185 | 64 652 | 64 837 |
| | 2 550 610 | 38 302 | 306 790 | 2 895 702 |
| Outros créditos | | | | |
| Vincendo | 1 241 540 | 72 367 | 303 329 | 1 617 236 |
| Vencido | 2 973 | 4 411 | 146 382 | 153 766 |
| | 1 244 513 | 76 778 | 449 711 | 1 771 002 |
| Crédito ao Setor Público | | | | |
| Vincendo | 168 343 | - | 42 789 | 211 132 |
| Vencido | - | - | 36 926 | 36 926 |
| | 168 343 | - | 79 715 | 248 058 |
| Total crédito vincendo | 9 191 569 | 127 081 | 1 779 728 | 11 098 378 |
| Total crédito vencido | 3 426 | 5 785 | 2 440 251 | 2 449 462 |
| Total de crédito | 9 194 995 | 132 866 | 4 219 979 | 13 547 840 |
| Extrapatrimoniais | | | | |
| Garantias e créditos documentários a empresas | | | | |
| Vincendo | 3 132 218 | 500 655 | 201 229 | 3 834 102 |
| Extrapatrimoniais | | | | |
| Garantias e créditos documentários a Setor Público | | | | |
| Vincendo | - | - | 46 302 | 46 302 |
| Garantias pessoais | | | | |
| Vincendo | 7 046 | - | - | 7 046 |
| Total de extrapatrimoniais | 3 139 264 | 500 655 | 247 531 | 3 887 450 |

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

*"Créditos sem incumprimento"*

- Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;

*"Créditos com incumprimento"*

- Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
- Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;

"Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria. Adicionalmente, inclui créditos reestruturados que estivessem classificados na posição "Créditos em default" na data de reestruturação e que ainda não tenham passado pelo período de quarentena.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 8, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 5.183.690 (mCve. 5.258.115 em 31 de dezembro de 2014), ascendendo a imparidade a mCve. 1.017.934 (mCve. 1.115.347 em 31 de dezembro de 2014). Conforme descrito na Nota 2.2. c) ii) os créditos objeto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise coletiva

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço dos créditos concedidos a clientes identificados pelo Banco cujos termos tenham sido objeto de reestruturação pode ser detalhado como segue:

| | 2015 | | | | 2014 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Crédito vivo | Crédito vencido | Total | Imparidade | Crédito vivo | Crédito vencido | Total | Imparidade |
| Empresas | 706 382 | 86 721 | 793 103 | 135 330 | 711 946 | 111 273 | 823 219 | 185 152 |
| Particulares | 220 844 | 28 209 | 249 053 | 57 189 | 378 333 | 27 646 | 405 979 | 65 037 |
| | 927 226 | 114 930 | 1 042 156 | 192 519 | 1 090 279 | 138 919 | 1 229 198 | 250 189 |

*Justo valor*

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

| | 2015 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos analisados | | | Saldos não analisados | |
| | Valor de balanço | Justo valor | Diferença | Valor de balanço | Valor de balanço total |
| Ativo | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 2 704 040 | 2 704 040 | - | - | 2 704 040 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 613 195 | 613 195 | - | - | 613 195 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 255 200 | 255 200 | - | 23 522 | 278 722 |
| Aplicações em instituições de crédito | 4 952 882 | 4 952 882 | - | - | 4 952 882 |
| Títulos de dívida pública | 2 356 709 | 2 319 409 | (37 300) | - | 2 356 709 |
| Crédito a clientes | 10 869 238 | 10 792 378 | (77 359) | 2 113 624 | 12 982 862 |
| | 21 751 264 | 21 637 104 | (114 659) | 2 137 146 | 23 888 410 |
| Passivo | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | 420 414 | 421 651 | 1 237 | - | 420 414 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 22 129 553 | 21 867 900 | (261 653) | - | 22 129 553 |
| Outros passivos subordinados | 514 583 | 517 353 | 2 770 | 331 | 514 914 |
| | 23 064 550 | 22 806 904 | (257 646) | 331 | 23 064 881 |

| | 2014 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos analisados | | | Saldos não analisados | |
| | Valor de balanço | Justo valor | Diferença | Valor de balanço | Valor de balanço total |
| Ativo | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 4 038 922 | 4 038 922 | - | - | 4 038 922 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 888 818 | 888 818 | - | - | 888 818 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 252 469 | 252 469 | - | 28 772 | 281 241 |
| Aplicações em instituições de crédito | 2 484 422 | 2 484 422 | - | - | 2 484 422 |
| Títulos de dívida pública | 2 407 802 | 2 477 151 | 69 349 | - | 2 407 802 |
| Crédito a clientes | 10 297 375 | 10 077 406 | (219 969) | 2 509 615 | 12 806 990 |
| | 20 369 808 | 20 219 188 | (150 620) | 2 538 387 | 22 908 195 |
| Passivo | | | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | 314 435 | 315 407 | 972 | - | 314 435 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 20 796 111 | 20 845 162 | 49 051 | - | 20 796 111 |
| Outros passivos subordinados | 515 245 | 516 753 | 1 508 | (331) | 514 914 |
| | 21 625 791 | 21 677 322 | 51 531 | (331) | 21 625 460 |

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda:

As ações da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa, enquadrando-se deste modo no nível 1 de valorização previsto na Norma IFRS 13;
As ações do Banco Comercial do Atlântico, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efetuada por uma entidade externa, tendo por base modelos de fluxos de caixa, enquadrando-se deste modo no nível 3 de valorização previsto na Norma IFRS 13.
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de mercado das ações do BCA, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 19.387 e mCve. 22.484, respetivamente. O Banco valorizou as ações com base na avaliação acima mencionada, dada a reduzida liquidez do título na

Bolsa de Valores de Cabo Verde. De referir que em fevereiro de 2015 realizou-se uma oferta pública de distribuição de 132.476 ações do BCA a um preço por ação de Cve. 3.504 o qual é consistente com o valor de balanço registado pelo Banco.

A participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. foi registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

O valor das ações da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 5.436, em 31 de dezembro de 2015 e 2014. O Banco manteve as ações ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

As participações na Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A., face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.
- A coluna "Saldos não analisados" inclui essencialmente o crédito vencido, líquido das imparidades constituídas.

*Análise de sensibilidade – Taxa de juro*

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points"(bps), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

| | 2015 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | - 200 bp | - 100 bp | - 50 bp | + 50 bp | + 100 bp | + 200 bp |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 94 978 | 48 567 | 24 547 | (25 061) | (50 623) | (103 189) |
| Total ativo sensível | 94 978 | 48 567 | 24 547 | (25 061) | (50 623) | (103 189) |

| | 2014 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | - 200 bp | - 100 bp | - 50 bp | + 50 bp | + 100 bp | + 200 bp |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 45 992 | 21 399 | 10 335 | (9 665) | (18 716) | (35 169) |
| Total activo sensível | 45 992 | 21 399 | 10 335 | (9 665) | (18 716) | (35 169) |

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de ativos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2015 e 2014, respetivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

| | Projecção margem financeira | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | - 200 bp | - 100 bp | - 50 bp | + 50 bp | + 100 bp | + 200 bp |
| Exercício de 2015 | (18 672) | (9 510) | (4 928) | 4 233 | 8 814 | 17 976 |
| Exercício de 2014 | (14 877) | (7 441) | (3 721) | 3 721 | 7 441 | 14 883 |

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os ativos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2015 e 2014, respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "spread" médio das operações vivas em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

*Risco cambial*

*Decomposição de instrumentos financeiros por moeda*

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

| | 2015 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Escudos de Cabo Verde | Euros | Dólares Norte Americanos | Outras | Total |
| Ativo | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 2 232 174 | 438 630 | 15 176 | 18 060 | 2 704 040 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 37 375 | 441 746 | 102 564 | 31 510 | 613 195 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 278 722 | - | - | - | 278 722 |
| Aplicações em instituições de crédito | 2 049 937 | 2 880 390 | 22 555 | - | 4 952 882 |
| Títulos de dívida pública | 2 356 709 | - | - | - | 2 356 709 |
| Crédito a clientes (líquido) | 11 302 237 | 1 680 625 | - | - | 12 982 862 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 73 529 | - | - | - | 73 529 |
| Outros ativos | 97 096 | - | - | - | 97 096 |
| | 18 427 779 | 5 441 391 | 140 295 | 49 570 | 24 059 035 |
| Passivo | | | | | |
| Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito | (330 707) | (86 149) | (3 558) | - | (420 414) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (21 643 082) | (347 567) | (112 665) | (26 239) | (22 129 553) |
| Outros passivos subordinados | (514 914) | - | - | - | (514 914) |
| Outros passivos | (99 560) | (3 797) | (8 760) | (30 814) | (142 931) |
| | (22 588 263) | (437 513) | (124 983) | (57 053) | (23 207 812) |
| Exposição líquida | (4 160 484) | 5 003 878 | 15 312 | (7 483) | 851 223 |

| | 2014 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Escudos de Cabo Verde | Euros | Dólares Norte Americanos | Outras | Total |
| Ativo | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 3 624 720 | 372 247 | 14 917 | 27 038 | 4 038 922 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 855 552 | 4 228 | 15 199 | 13 839 | 888 818 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 281 241 | - | - | - | 281 241 |
| Aplicações em instituições de crédito | 2 466 250 | - | 18 199 | - | 2 484 449 |
| Títulos de dívida pública | 2 407 802 | - | - | - | 2 407 802 |
| Crédito a clientes (líquido) | 11 076 530 | 1 742 236 | - | - | 12 818 766 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 71 674 | - | - | - | 71 674 |
| Outros ativos | 61 576 | - | - | - | 61 576 |
| | 20 845 345 | 2 118 711 | 48 315 | 40 877 | 23 053 248 |
| Passivo | | | | | |
| Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito | (233 649) | (80 396) | (390) | - | (314 435) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (20 457 546) | (281 987) | (46 515) | (10 063) | (20 796 111) |
| Outros passivos subordinados | (514 914) | - | - | - | (514 914) |
| Outros passivos | (122 858) | (3 797) | (8 760) | (30 814) | (166 229) |
| | (21 328 967) | (366 180) | (55 665) | (40 877) | (21 791 689) |
| Exposição líquida | (483 622) | 1 752 531 | (7 350) | - | 1 261 559 |

## 35. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos de gestão do Capital no Banco, norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde;
Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
Sustentar o desenvolvimento das operações que o Banco está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
Assegurar a reputação da Instituição, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade;
Para atingir os objetivos descritos, o Banco procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao auto-financiamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efetuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e

o financiamento através de outros recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A atividade das instituições de crédito em Cabo Verde é regulada pela Lei nº 3/V/96, de 1 de Julho, a qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial. A referida Lei, e instrumentos legais complementares, contemplam diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

- Obrigatoriedade de um Capital Social mínimo de 300 milhões de Escudos de cabo Verde, para os bancos;
- Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser afecto às Reservas Legais, até ao limite do Capital Social;
- A aplicação de instrumentos de carácter preventivo, como seja a exigência de o denominado Rácio de Solvabilidade não poder ser inferior a 10%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afectarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;

A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos individuais, se cifram em 20% para o próprio Grupo e em 25% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a diversificação das carteiras, atendendo ao risco de contaminação que pode existir num dado grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse grupo;

- Os limites às participações em outras sociedades – que não sejam outras instituições de crédito, instituições parabancárias, sociedades de serviços auxiliares, sociedades gestoras de fundos de pensões, sociedades gestoras de participações sociais que apenas detenham partes de capital nas sociedades antes referidas e empresas do sector segurador , as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas (≥ 10% do capital ou dos direitos de voto da entidade participada).

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao capital regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório é regulado na legislação nacional pela publicação do Aviso nº 3/2007, de 19 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. O quociente do seu valor pelo montante correspondente às denominadas posições de risco ponderadas constitui o rácio de solvabilidade, regulado pelo Aviso 4/2007, de 25 de Fevereiro de 2008, do Banco de Cabo Verde, cujo valor terá de ser, no mínimo, igual a 10%.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, o Banco dispõe de mecanismos de articulação entre os diversos Departamentos internos, em especial com a área de Contabilidade, Financeira e de Gestão de Risco.

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar do Banco, nos finais de 2015 e de 2014:

| Gestão do Capital | Dezembro de 2014 | Dezembro de 2015 | Variação |
|---|---|---|---|
| Fundos Próprios de Base | 1 368 178 | 1 474 875 | 106 697 |
| Capital Social | 1 000 000 | 1 000 000 | - |
| Reservas e Prémios | 849 422 | 859 896 | 10 474 |
| Resultado Líquido | 5 237 | 2 531 | (2 706) |
| Resultados Transitados e outros | (151 938) | (161 971) | (10 033) |
| Provisões adicionais | (334 543) | (225 581) | 108 962 |
| Fundos Próprios Complementares | 508 348 | 509 365 | 1 017 |
| Obrigações subordinadas | 500 000 | 500 000 | - |
| Deduções aos Fundos Próprios Complementares | 8 348 | 9 365 | 1 017 |
| Deduções aos Fundos Próprios totais | 48 674 | 35 519 | (13 156) |
| Participações em Instituições de Crédito | 48 674 | 35 519 | (13 155) |
| Excesso na concentração de risco | - | - | - |
| Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio | - | - | - |
| Total dos Fundos Próprios Elegíveis | 1 827 852 | 1 948 721 | 120 870 |
| Total do Ativo Ponderado | 15 565 718 | 15 565 104 | (614) |

| Rácios | Dezembro de 2014 | Dezembro de 2015 | Variação |
|---|---|---|---|
| Fundos Proprios de Base | 8,79% | 9,48% | 0,69% |
| Fundos Próprios Complementares | 3,27% | 3,27% | 0,01% |
| Deduções aos Fundos Próprios totais | -0,31% | -0,23% | 0,08% |
| Rácio de Solvabilidade | 11,74% | 12,52% | 0,78% |

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório de três grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador. Assim:

Fundos Próprios de Base: Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:

- O Capital Social, as Reservas (excepto as de Reavaliação) e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos;
- O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios líquido dos impostos e dividendos a entregar aos accionistas e apenas se tiver sido objeto de certificação por Auditor Externo;
- As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário serem introduzidas, numa perspectiva de prudência, como factor de correcção.

**(ii) Fundos Próprios Complementares: São constituídos por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação pelo Banco de Cabo Verde.**

O valor destes Fundos Próprios Complementares não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base e a sua decomposição é a seguinte:

- Dívida Subordinada, de vencimento superior a 5 anos, considerada até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base;
- Reservas de Reavaliação positivas se realizadas nos termos da Lei e autorizadas pelo Banco de Cabo Verde.

**(iii) Deduções aos Fundos Próprios: Trata-se de um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:**

- Nos casos em que Banco disponha de uma participação superior a 10% do capital social de uma instituição de Crédito será deduzido o montante total dessa participação; no caso de participação inferior àquela percentagem, será deduzido apenas na parte que exceda 10% dos fundos próprios da instituição de crédito que delas seja titular.
- Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais individuais, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo e 25% para as exposições perante outros Grupos;
- O valor líquido de balanço dos ativos não financeiros recebidos em reembolso de crédito próprio, calculado à razão anual de 20% a partir do momento em que se completem dois anos sobre a data em que os ativos não financeiros em causa tenham sido recebidos;
- Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (iguais ou superiores a 10%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja superior, individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

Em termos dos Requisitos de Capital, os ativos ponderados são hierarquizados em 4 factores de risco (0%, 20%, 50% e 100%), de acordo com a natureza de cada ativo e de cada contraparte, bem como de eventuais garantias que existam.

Um tratamento idêntico é adoptado para as posições extra-patrimoniais associadas às garantias prestadas e a outros compromissos potenciais assumidos.

Em 2008 foi também introduzido o risco operacional, dando origem à necessidade de as Instituições calcularem requisitos de fundos próprios adicionais para a sua cobertura, com base em 15% da média do Produto Bancário (quando positivo) dos últimos três anos.

No que respeita à periodicidade de reporte, as instituições devem proceder ao cálculo dos seus fundos próprios pelo menos no final de cada mês e informar o Banco de Cabo Verde, até ao décimo dia do mês seguinte, da composição dos seus fundos próprios do respetivo rácio de solvabilidade.

# 13. PARECER DO AUDITOR EXTERNO E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ao Conselho de Administração
do Banco Interatlântico, S.A.R.L.

**Introdução**

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Interatlântico, S.A.R.L. ("Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, que evidencia um total de mCve. 24.959.577 e um capital próprio de mCve. 1.737.293, incluindo um resultado líquido de mCve. 5.063, as Demonstrações dos Resultados, dos Resultados e do Outro Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

**Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras**

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

**Responsabilidade do auditor**

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respectivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da DTTL e suas firmas membro consulte http://www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | CRC Lisboa, Matrícula e NIPC: 501 776 311
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

DT

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231



**Opinião**

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Interatlântico, S.A.R.L. em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

**Ênfases**

7. A carteira de crédito do Banco em 31 de dezembro de 2015 inclui montantes relevantes de crédito a empresas do setor imobiliário e da construção, incluindo o financiamento de alguns projetos relacionados com o desenvolvimento de empreendimentos turísticos cuja construção se encontra atualmente suspensa. O Banco tem em curso medidas com vista à recuperação destes créditos e, na generalidade das situações, tem hipotecas sobre os respetivos terrenos ou imóveis. Neste contexto, o Banco tem vindo a receber por dação em cumprimento de créditos vencidos ou por via de execução judicial, imóveis que se encontram registados na rubrica "Ativos não correntes detidos para venda" e cujo montante líquido de imparidade em 31 de dezembro de 2015 ascende a mCve. 532.191. A concretização das expetativas de recuperação refletidas na imparidade atribuída pelo Banco ao crédito e aos imóveis está dependente da evolução que se vier a verificar na situação do mercado imobiliário em Cabo Verde, dos resultados das medidas concretas de recuperação que se encontram em curso e do sucesso dos esforços a desenvolver pelo Banco ao nível da comercialização dos imóveis recuperados.

8. Em 1 de janeiro de 2015 entrou em vigor o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) que incorpora um conjunto de alterações face ao Imposto Único sobre o Rendimento que estava anteriormente em vigor, incluindo no que respeita à dedutibilidade de custos com imparidade de crédito. Na preparação da estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à matéria acima indicada e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2015.

Lisboa, 15 de março de 2016

Deloitte

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Banco Interatlântico
Grupo Caixa Geral de Depósitos

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**EXERCÍCIO DE 2015**

**Exmos. Senhores Acionistas do Banco Interatlântico, SA**

**Relatório**

Nos termos do Código das Empresas Comerciais e dos Estatutos do Banco Interatlântico, SA (Banco), o Conselho Fiscal apresenta o Relatório sobre a atividade desenvolvida em 2015, bem como o Parecer sobre o Relatório e Contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentados pelo Conselho de Administração.

Durante o ano de 2015, o Conselho Fiscal acompanhou com a periodicidade e extensão julgadas adequadas a atividade do Banco, tendo procedido à análise sistemática da informação económica e financeira apresentada pela Comissão Executiva.

O Conselho Fiscal realizou contactos com o Presidente da Comissão Executiva para obtenção de informação sobre a evolução da situação económico-financeira do Banco e o Presidente do Conselho Fiscal assistiu a reuniões do Conselho de Administração.

O Conselho efetuou reuniões formais onde analisou as Demonstrações Financeiras trimestrais do Banco e, para além de outros contactos estabelecidos, reuniu com o Representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas para análise conjunta de matérias inseridas no âmbito da competência de ambos os órgãos.

Por outro lado, em complemento da informação documental recolhida, foram feitos contactos com Responsáveis por Departamentos internos do Banco, designadamente com os Gabinetes de Gestão de Risco, Auditoria Interna, Compliance e Contabilidade, em ordem ao conhecimento aprofundado da respetiva situação.

Av. Cidade de Lisboa, CP 131-A
Cod. Postal 7602 - Praia, Santiago - Cabo Verde
Tel: (+238) 261 40 08 / 261 44 25 / 261 38 29
Fax: (+238) 261 47 52 / 261 42 53
Site: www.bi.cv - Email: bi@bi.cv

Capital Social 1.000.000.000 CVE

Banco Interatlântico
Grupo Caixa Geral de Depósitos

Ainda no âmbito da sua ação, o Conselho Fiscal procedeu na Agência Central do Banco à conferência dos valores em cofre e analisou os principais atos de gestão a partir da consulta das atas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Em 30 de Maio de 2015, o Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto da alínea a) do nº 5 e da alínea b) do nº 6 do artigo 25º do Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, de 25 de Junho, e do disposto no Aviso nº 2/95 e alterações introduzidas pelo Aviso nº 5/99 do Banco de Cabo Verde, emitiu o seu Parecer sobre o Sistema de Controlo Interno do Banco.

**Parecer**

O Conselho Fiscal procedeu à análise do Balanço, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Fluxos de Caixa, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio e do respetivo Anexo referentes ao exercício de 2015, os quais refletem de forma apropriada a situação económico-financeira do Banco, tal como consta do Relatório do Auditor Externo, o qual inclui duas ênfases relacionadas com (i) montantes relevantes de crédito a empresas do setor imobiliário e da construção e (ii) eventuais impactos da aplicação do novo código de IRPC, com as quais concordamos.

Como indicadores positivos mais relevantes da atividade do Banco em 2015, salienta-se:

- O crescimento de 6,1% do Ativo líquido do Banco, que está sobretudo justificado pelo aumento verificado nas Aplicações em Instituições de Crédito, mais 2 468,5 milhares de contos (+ 99,4%) que em 31 de dezembro de 2014. O "funding" destas aplicações teve origem, em grande parte, no crescimento dos depósitos de clientes em 2015, no montante de 1 333,4 milhares de contos (+6,4%).
- A diminuição de 10,2% do crédito vencido, fruto do trabalho de recuperação levado a efeito pelo Banco, não obstante as condições conjunturais adversas que ainda se verificam.
- O aumento de 28% da Margem Financeira, como resultado do efeito conjugado do aumento dos juros do crédito (+5,7%) com a diminuição dos juros dos depósitos de clientes (-4,5%).

Av. Cidade de Lisboa, CP 131-A
Cod. Postal 7602 - Praia, Santiago - Cabo Verde
Tel: (+238) 261 40 08 / 261 44 25 / 261 38 29
Fax: (+238) 261 47 52 / 261 42 53
Site: www.bi.cv - Email: bi@bi.cv

Capital Social 1.000.000.000 CVE

Banco Interatlântico
Grupo Caixa Geral de Depósitos

Em conformidade com o exposto e tendo em consideração que as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos estão conformes as Normas Internacionais de Relato Financeiro e que o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor sobre a atividade desenvolvida em 2015, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral de Acionistas:

a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração, e

b) Aprove a Aplicação de resultados proposta.

O Conselho Fiscal deseja por últmo expressar o seu agradecimento à Comissão Executiva, aos Serviços do Banco e ao Auditor Externo pela colaboração prestada.

Praia, 23 de março de 2016

O CONSELHO FISCAL,

João de Sousa Martins, Presidente

Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes, Vogal
(Auditor Certificado nº 31)

Pedro José Sapinho Rodrigues Pires, Vogal

Av. Cidade de Lisboa, CP 131-A
Cod. Postal 7602 - Praia, Santiago - Cabo Verde
Tel: (+238) 261 40 08 / 261 44 25 / 261 38 29
Fax: (+238) 261 47 52 / 261 42 53
Site: www.bi.cv - Email: bi@bi.cv



**Banco Interatlântico**

Av. Cidade de Lisboa | CP 131 - A | Praia - Santiago - Cabo Verde | Telefone: + (238) 260 36 86 / 260 36 87 | Fax: +(238) 261 47 52 | E-mail: bi@bi.cv | Site: www.bi.cv